

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O ESTUDO DE CASO PEDAGÓGICO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN

Noureen Rafik Patel

Mestrado em Gestão

Orientadora:

Prof. Doutora Ana Margarida Madureira Simaens, Prof. Auxiliar, ISCTE
Business School

Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral (IBS)

novembro, 2021



**BUSINESS
SCHOOL**

Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral

**O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O ESTUDO DE CASO PEDAGÓGICO DA
FUNDAÇÃO AGA KHAN**

Noureen Rafik Patel

Mestrado em Gestão

Orientadora:

Prof. Doutora Ana Margarida Madureira Simaens, Prof. Auxiliar, ISCTE

Business School

Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral (IBS)

novembro, 2021

BISMILLAH-IR-RAHMAN-IR-RAHIM

Em nome de Allah, o Beneficente, o Misericordioso

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por expressar o meu agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Ana Margarida Madureira Simaens, a quem estou imensamente grata por todo o apoio e compreensão, e pela sua incansável ajuda na concretização desta etapa que foi a realização desta tese.

À minha família, especialmente à minha mãe Muntazbano Patel e à minha irmã Zahra Patel, por serem os meus pilares. Pelo vosso apoio incansável e por todos os esforços que fizeram por mim, para que eu conseguisse atingir mais um objetivo na minha vida. Eternamente grata também ao meu pai, Rafik Patel, a quem eu amo incondicionalmente e que, mesmo não estando presente fisicamente, me dá forças para superar todas as batalhas, e estará sempre presente no meu coração e no meu pensamento, guiando todos os meus passos.

Ao meu companheiro, que sempre me apoiou em todas as decisões e me inspira a ser uma pessoa melhor todos os dias.

À Fundação Aga Khan Portugal, pela disponibilidade e oportunidade de realizar esta tese acerca dos seus projetos e por me terem fornecido todas as informações necessárias e imprescindíveis à elaboração deste trabalho.

Sendo Muçulmana *Shia Nizari Ismaili*, agradeço à Comunidade *Ismaili* por tudo o que fazem e representam na nossa sociedade, tendo sempre presentes os valores do pluralismo, do voluntarismo e de ajuda ao próximo.

O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O ESTUDO DE CASO PEDAGÓGICO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN.

RESUMO

O presente estudo de caso pedagógico pretende explorar o papel das Fundações na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Agenda 2030, e perceber de que modo, através da mobilização de recursos e parcerias, as Fundações procuram contribuir para a concretização desses mesmos objetivos. Analisa-se em particular o caso da Fundação Aga Khan Portugal (AKF), uma agência da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, e qual o seu respetivo papel na implementação dos ODS em Portugal, através das sinergias estabelecidas com os seus parceiros, bem como nas práticas desenvolvidas, nos projetos implementados e no seu impacto na sociedade. A AKF chegou a Portugal em 1983, atuando no nosso país há mais de três décadas, considerando-se uma instituição com alguma influência, e que trabalha com a finalidade de atingir a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Para a concretização deste trabalho, desenvolvemos um estudo de caso pedagógico onde foram utilizadas múltiplas fontes na recolha de informação, nomeadamente entrevistas, que possibilitaram uma posterior análise e descrição das áreas de intervenção da AKF, enquanto Fundação promotora de um desenvolvimento comunitário sustentável. Para além das questões das parcerias e sinergias, foi aprofundada a questão da independência e neutralidade enquanto instituição na implementação de soluções sustentáveis. Os resultados obtidos permitem-nos sistematizar os contributos da AKF para os ODS, bem como, perceber a importância das suas parcerias num desenvolvimento comunitário sustentável, tornando-se assim num agente de mudança social, promovendo o pluralismo e uma prosperidade duradoura dentro das comunidades.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Fundação Aga Khan, Terceiro Setor, Economia Social, Prosperidade

Sistema de classificação JEL:

B55 – Economia Social

Q01 – Desenvolvimento Sustentável

THE ROLE OF THE FOUNDATIONS IN THE ACHIEVEMENT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS. THE PEDAGOGICAL STUDY CASE OF THE AGA KHAN FOUNDATION.

ABSTRACT

This pedagogical study case aims to explore the role of the Foundations in the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs) for the 2030 Agenda. This paper also aims to further explore how, through the mobilisation of funds and the forming of partnerships, the Foundations aim to contribute towards the achievement of these goals. It is analysed in particular, the Aga Khan Foundation Portugal (AKF), an agency of the Aga Khan Network for Development, and its respective role in the implementation of the SDGs in Portugal, through the synergies established with its partners, as well as the practices developed, the projects implemented and their impact on society. AKF was established in Portugal in 1983, operating in our country for over three decades, considering itself as an institution with some influence, and working with the aim of improving the conditions and quality of life of the most vulnerable populations. For the realization of this study, we developed a pedagogical case study where multiple sources were used to gather information, namely interviews, which enabled a further analysis and description of the areas of intervention of the AKF, as a Foundation promoting a sustainable community development. In addition to the partnerships and synergies, the topic of independence and neutrality as an institution in the implementation of sustainable solutions was deepened. The results obtained allow us to systematize the contributions of the AKF to the SDGs, as well as understand the importance of its partnerships in sustainable community development, thus becoming an agent of social change, promoting pluralism and lasting prosperity within communities.

Keywords: Sustainability, Sustainable Development Goals, The Aga Khan Foundation, Third Sector, Social Economy, Prosperity

Sistema de classificação JEL:

B55 – Social Economy

Q01 – Sustainable Development

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	v
1 INTRODUÇÃO	1
2 ESTUDO DE CASO PEDAGÓGICO: FUNDAÇÃO AGA KHAN (AKF) PORTUGAL.....	3
2.1 Contextualização da Economia Social em Portugal	3
2.2 Apresentação e Contextualização da AKF	3
2.3 Áreas de atuação da AKF.....	7
2.4 Apresentação do Problema	12
3 METODOLOGIA	13
3.1 Técnicas de Análise e Recolha de Dados.....	14
4 NOTA PEDAGÓGICA.....	16
4.1 Audiência/Público-alvo do Estudo de Caso Pedagógico	16
4.2 Objetivos Pedagógicos e Resultados da aprendizagem	16
4.3 Revisão de Literatura	16
4.3.1 Definição e Evolução dos Conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável	16
4.3.2 As Três Dimensões da Sustentabilidade	19
4.3.3 Prosperidade: A Dimensão Económica da Sustentabilidade	22
4.3.4 Evolução das Agendas da ONU até à Agenda 2030.....	24
4.3.5 As Organizações da Economia Social e as Fundações – Definições e Conceitos	27
4.3.6 O papel das organizações de Economia Social na implementação dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável	28
4.4 Plano de Animação	36
4.5 Questões e Resolução do Caso Pedagógico	38
4.6 Slides da Resolução do Caso Pedagógico	50
5 CONCLUSÃO	51
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
7 ANEXOS.....	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Organograma Oficial da AKDN	5
Figura 2.2 - Áreas Temáticas da AKF	6
Figura 2.3 - Áreas de Atuação da AKF e os seus Programas	8
Figura 2.4 - Áreas de Atuação da AKF e os ODS	9
Figura 4.1 - Dimensões da Sustentabilidade (<i>Tripple Bottom Line</i>).....	19
Figura 4.2 - Estrutura teórica das funções das ONG na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável	33

LISTA DE ACRÓNIMOS

- AKDN – *The Aga Khan Development Network*/Rede Aga Khan para o Desenvolvimento
- AKF – *The Aga Khan Foundation*/Fundação Aga Khan
- AKTC – *Aga Khan Trust for Culture*/Fundo Aga Khan para a Cultura
- CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
- CEO – *Chief Executive Office*
- CGP – Centro Global pelo Pluralismo
- CPF – Centro Português das Fundações
- CSES – Conta Satélite da Economia Social
- DCS – Desenvolvimento Comunitário Sustentável
- DS – Desenvolvimento Sustentável
- ES – Economia Social
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- ONG – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSFL - Organizações Sem Fins Lucrativos
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNB – Produto Nacional Bruto
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- TBL – *Tripple Bottom Line*
- UNCED – *United Nations Conference on Environment and Development*/Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

Enquadrado no âmbito da Economia Social (ES) e na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o presente trabalho pretende explorar o papel das organizações da Economia Social na concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e perceber, de que modo, através da mobilização de recursos, poderão contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Analisa-se em particular o caso da Fundação Aga Khan Portugal (AKF), uma agência da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN), criada em 1967 e tendo chegado a Portugal em 1983, cujo principal objetivo passa pela melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis e desfavorecidas. Pretende-se explorar, através de um estudo de caso pedagógico, de que forma é que os ODS se relacionam com os projetos da AKF Portugal e qual o papel da Fundação na sua implementação.

A AKF é uma fundação com enorme impacto, tanto a nível nacional como internacional, na implementação de soluções inovadoras direcionadas para a comunidade e para os seus respetivos desafios. A nível de desenvolvimento, de acordo com a AKF Portugal, esta é possivelmente e aos dias de hoje, a única instituição do país que aborda os desafios de desenvolvimento ao longo do ciclo da vida humana, desde a preocupação e o desenvolvimento na primeira infância ao bem-estar da terceira idade. O objetivo é atingir uma melhoria da qualidade de vida através do fortalecimento da inclusão social, cultural e económica promovendo uma sociedade pluralista com uma ética cosmopolita e que beneficie a todos. Procuramos assim, explorar e aprofundar alguns tópicos fundamentais já existentes no âmbito da Sustentabilidade, dos ODS e da ES, sendo que, a elaboração deste trabalho é crucial para conseguirmos compreender de que modo é que as Organizações de Economia Social abordam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Num discurso proferido em 2016, Ban Ki Moon, ex Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), referiu que, “Os ODS representam uma enorme oportunidade de fazer nossa economia trabalhar pela dignidade de todos, para uma prosperidade para todos e por um planeta melhor para todos”.

O conceito de Sustentabilidade tem sido alvo de várias discussões ao longo dos anos, continuando a ser um tópico bastante debatido atualmente e a nível global, sendo considerado um dos temas mais importantes nas agendas políticas de todo o mundo. É cada vez mais importante que as organizações detenham estratégias a longo prazo, com a finalidade de combaterem os diversos riscos e desafios que enfrentam, no que toca à crescente procura por recursos naturais, às alterações climáticas, à justiça social e às disparidades económicas. As crescentes preocupações com as mudanças ambientais, com as questões de pobreza, com o aumento da disparidade entre sociedades e as tensões provocadas pelas desigualdades sociais, fizeram com que o desenvolvimento sustentável se tornasse um dos principais focos da sociedade atual (Giovannoni & Fabietti, 2013).

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

O século XXI tem sido marcado simultaneamente, tanto pelo avanço tecnológico em larga escala, como pela amplificação dos níveis de pobreza multidimensional, da desigualdade e exclusão social, sendo que, grande parte da população mundial ainda carece de serviços básicos, tais como, saúde, educação, alimentação, habitação, entre outros. É neste contexto que surgem as organizações da ES e, é assim evidenciado, de que modo as suas práticas económicas, sociais e ambientais, auxiliam a sociedade no que se refere ao combate destes problemas estruturais. De acordo com Garrido (2016), autores como Laville, Draperi e Monzón Campos têm salientado a existência de uma “Nova Economia Social”, assente em práticas de “inovação social”, que reside na sua capacidade de melhorar a afetação de recursos e a distribuição dos rendimentos, bem como na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. É de extrema importância que sejam encontradas estratégias de desenvolvimento alternativas e modelos económicos emergentes que possam ser otimizados com o objetivo de atingir a sustentabilidade e a inclusão.

Relacionando estas estratégias alternativas com o conceito de Sustentabilidade, surgem assim os 17 ODS que, dentro do contexto da ONU, representam as prioridades globais para a Agenda 2030, onde são definidas as metas e aspirações globais a serem alcançadas até 2030. Segundo o Inquérito ao Setor da Economia Social realizado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em conjunto com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), destacam-se os princípios orientadores das entidades da ES previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da ES (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), nos quais se destacam, o primado das pessoas e dos objetivos sociais, o controlo democrático dos órgãos e o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade, sendo evidente e indiscutível o papel de relevo que a ES pode assumir no âmbito da Agenda 2030 e dos ODS.

Este trabalho estará assim dividido em três principais capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se o estudo de caso pedagógico, onde é feita uma contextualização da ES, da AKF e se apresenta de forma breve, a sua história e os seus projetos, demonstrando o papel que a Fundação tem tido em Portugal ao longo dos últimos anos, e é analisado como é que a Fundação implementa os ODS nos seus programas e nos seus meios de atuação, fazendo-se uma breve revisão do problema em estudo. O segundo capítulo é dedicado à explicação da principal metodologia de investigação escolhida. Recorreu-se assim, a uma metodologia qualitativa utilizando como base o estudo de caso pedagógico. Utilizaram-se várias técnicas de recolha de dados, inclusive a realização de entrevistas semiestruturadas a membros da AKF. O terceiro capítulo é dedicado à Nota Pedagógica deste estudo de caso pedagógico, especificando a audiência, os objetivos pedagógicos, os resultados da aprendizagem, a revisão de literatura, o plano e a resolução do caso.

2 ESTUDO DE CASO PEDAGÓGICO: FUNDAÇÃO AGA KHAN (AKF) PORTUGAL

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

Segundo a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º30/2013 de 8 de maio), artigo 2.º, n.º1 e 2, *“Entende-se por economia social o conjunto das atividades económico-sociais (..) que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”*.

Segundo Garrido (2016), Costa Goodolphim (1842-1912) foi o primeiro investigador-militante da Economia Social em Portugal e autor de diversos livros sobre a previdência, as Associações e as Misericórdias, evidenciando a necessidade de quantificar e classificar as organizações da ES. Portugal foi dos primeiros países a dispor de legislação de bases sobre o mutualismo em 1891, sendo que, na primeira Constituição Portuguesa do regime democrático, foi reconhecido o “setor cooperativo e social”, havendo um *boom* do presente setor no século XIX. Segundo Franco et al. (2005), este crescimento resultou de um défice de apoios por parte do Estado para a resolução de problemas sociais, numa época de grande instabilidade política. De acordo com o Y.ES - Guia Prático da Economia Social, elaborado pelo CASES:

“Em 2016, a ES representou 3% do VAB nacional, 5,3% do emprego total e 6,1% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela ES representaram 5,3% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,3% da média nacional” (CASES, 2018, p.6).

Ainda de acordo com o Inquérito ao Setor da ES, realizado em 2018 pelo INE em parceria com o CASES:

“Em 2018, 36,8% das entidades da ES identificaram como principal área geográfica de intervenção o nível nacional, enquanto 31,0% selecionaram o nível local ou municipal. Cerca de 14% das entidades referiram atuar a nível regional e 15,5% concentraram a sua atividade no bairro, vizinhança ou freguesia. Apenas 2,5% do total de entidades da ES selecionaram o nível internacional enquanto principal área geográfica de atuação.” (INE/CASES, 2018, p. 71)

Com o passar dos anos, a ES tem desempenhado um papel cada vez mais importante na sociedade portuguesa, nomeadamente junto das comunidades, assumindo um peso cada vez maior na economia do país, o que se tornou cada vez mais evidente com o surgimento do novo coronavírus, considerado pela OMS como uma pandemia, sendo que a COVID-19 trouxe muitos desafios que vão para além da saúde pública, afetando também as áreas económicas, sociais, no que respeita ao desemprego, à fome, ao aumento das desigualdades sociais, entre outros problemas económico-sociais.

2.2 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA AKF

Com o objetivo de estudar a aplicação dos ODS por parte de uma Fundação específica, foi escolhida a Fundação Aga Khan (AKF). Considerada uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, a AKF é uma agência integrante da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN), fundada por Sua

Alteza *Aga Khan IV* em 1967. Constituindo uma filial em Portugal em 1983, por Decreto-Lei n.º 27/96 de 30 de março de 1996, foi oficialmente reconhecida como uma Fundação Portuguesa, adquirindo o estatuto de IPSS em 1997 através do Decreto-Lei n.º 377/97. Segundo Khamis & Khamis (2020), a ADKN está presente em mais de 30 países em todo o mundo, sendo uma agência privada de desenvolvimento internacional e sem fins lucrativos, cujos desafios e objetivos primordiais passam pela melhoria do bem-estar, pela promoção da coesão e inclusão social, e pelo desenvolvimento sustentável das comunidades desfavorecidas, sendo o pluralismo o pilar central do quadro ético da AKDN. Sua Alteza *Aga Khan IV* é o líder espiritual e 49.º *Imam* hereditário dos muçulmanos *Shia Nizari Ismaili* desde 1957, sendo que, a comunidade muçulmana ismaelita residente em Portugal tem na sua base ismaelitas que se estabeleceram em Portugal na sequência do término do regime do Estado Novo, resultante da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, que conduziu, consequentemente, à independência de Moçambique.

Apesar do trabalho da AKDN se basear nos princípios éticos do Islão, nomeadamente no serviço voluntário, na solidariedade para com os mais desfavorecidos, na autossuficiência e na dignidade humana, esta é composta por um conjunto de organizações lucrativas e não lucrativas, com as quais trabalham com o objetivo de atingir uma melhoria das condições e da qualidade de vida das populações mais vulneráveis, independente da origem, género, convicções políticas, credo ou religião. Trabalham em estreita parceria, intelectual e financeira com múltiplos parceiros, sendo o principal objetivo das suas intervenções, o acrescento de valor em áreas relacionadas com o desenvolvimento económico, social e cultural de uma determinada região, construindo instituições e programas que consigam corresponder aos desafios nas respetivas áreas.

A sua metodologia de trabalho baseia-se na agilização de redes que têm em vista o desenvolvimento, a implementação, a partilha e a expansão de soluções e abordagens inovadoras e sustentáveis para problemas genéricos, que possam ser adaptadas ou replicadas nas diferentes regiões onde atuam. De acordo com Karim (2014), muitos Estados veem a AKDN como um parceiro fundamental na prestação de serviços vitais e oportunidades de desenvolvimento para as populações mais desfavorecidas (Kaiser, 1996; Najam, 2006; Steinberg, 2010). As ONG são importantes em lidar com os problemas numa determinada comunidade nos quais o governo, por vezes, falha em abordar, sendo que a AKF tem um posicionamento distinto do Estado no que se refere a uma resposta adequada aos problemas da sociedade. O seu trabalho em rede poderá ser de extrema importância na medida em que, conseguirá suprir fragilidades e insuficiências, criando resiliência, atuando no território, nas comunidades, e na respetiva relação entre a comunidade e o Estado (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). Por se caracterizar como uma instituição independente e totalmente neutra, a AKF detém uma grande capacidade, o que permite com que determinados riscos sejam tomados, contrariamente a determinadas instituições, como por exemplo as do Estado, que não têm

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

essa mesma liberdade (Entrevista 3: CEO da AKF). Assim, o Estado que já tem um papel regulador, terá mais dificuldades em ser simultaneamente regulador, promotor e parceiro. São assim criadas um conjunto de dificuldades éticas e operacionais, o que faz com que muitas vezes, acabem por ser as próprias Fundações que têm a capacidade de olhar para aquilo que são as políticas públicas, para as necessidades das comunidades e para os vazios onde o Estado não consegue atuar, ajudando na mobilização do setor privado e económico a atuarem em conjunto (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF).

Na Figura 2.1 está apresentado o organograma da AKDN onde estão presentes as suas áreas de atuação e respetivas filiais associadas (Vide ANEXO B, as agências de desenvolvimento social da AKDN e as suas filiais):



Figura 2.1 - Organograma Oficial da AKDN

Fonte: Retirado do site oficial da AKF/AKDN¹

A AKF tenta medir as mudanças transformacionais da sociedade a três níveis: a nível micro, meso e macro. A nível micro, cujo período de consideração da AKF é de um a cinco anos, corresponde à fase da implementação, conceção, aprendizagem e medição do programa ou projeto. Aquando da sua entrada num projeto ou atividade, é verificado se o mesmo estará a ter sucesso e se estão a ser operadas mudanças que possam permitir que determinada sociedade ou indivíduo consiga melhorar as suas condições de vida; a nível meso, com um período correspondente entre três a sete/oito anos, são mensuradas como é que as mudanças e boas práticas apreendidas durante o período micro, ajudam a influenciar políticas (nacionais e municipais) e a modelizar programas, no qual essa modelização permite com que outros parceiros consigam implementar os projetos da AKF em outras regiões; a nível macro, no período entre dez a vinte anos, é considerada de mudança sistémica, sendo que a AKF ainda está a caminhar para essas mudanças transformacionais a nível macro. Um exemplo de mudança a nível meso é a Rede Emprega de Lisboa. A sua criação teve início em 2013 com uma

¹ *Organograma Oficial da AKDN*: <https://www.akdn.org/pt/sobre-nós/informação-da-organização>.

atividade no Vale de Alcântara, onde o objetivo se baseava na resolução de um problema referente à dificuldade no acesso aos centros de emprego. A AKF em conjunto com vinte e sete parceiros criou Rede Emprega Alcântara, na qual passado cinco anos, a melhoria dos serviços no acesso ao emprego era de tal forma visível, bem como o aumento das pessoas a acederem a formações e de empresas a contratarem através da Rede Emprega, que o Município de Lisboa adotou esta iniciativa como uma política municipal. Atualmente, existe a “RedEmprega Lisboa” que está espalhada pela Área Metropolitana de Lisboa (Entrevista 3: CEO da AKF).

A AKF tenta assim, olhar para os desafios sociais que poderão afetar de forma drástica e na sua generalidade, a médio/longo prazo (mínimo vinte e cinco anos), determinada comunidade, população ou região, desafios estes que poderão provocar disrupções bastante graves na sociedade, e nas quais a própria sociedade não estaria preparada para enfrentar, nomeadamente a Globalização e as Alterações Demográficas (Entrevista 3: CEO da AKF). A AKF desempenha assim um papel bastante importante na nossa sociedade pois, o seu envolvimento garante o comprometimento a longo prazo e que ninguém seja deixado para trás.



Figura 2.2 - Áreas Temáticas da AKF

Fonte: Fundação Aga Khan (Brochura AKF)

A AKF torna-se assim num elemento aglutinador, sendo considerada pela academia como “a mestre das redes e das *networks*”, pois são capazes de procurarem parceiros que complementem o seu trabalho em todos os seus projetos (Entrevista 3: CEO da AKF). Adicionalmente, a AKF é uma das Organizações quotizantes da *Global Compact Network* Portugal, integrando também a lista das organizações aderentes da Aliança ODS Portugal. De acordo com Aftab et al. (2020), o setor privado, os grupos de reflexão, a academia, as organizações da sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento, são identificados como partes interessadas envolvidas na implementação dos ODS. Com o objetivo de alcançar uma sustentabilidade a longo prazo, as parcerias devem ser baseadas em interesses mútuos, enquanto aprendem a trabalhar juntos na realização de uma mudança real (Evans

& Heijden, 2014). AKF estabelece assim, um importante papel de articulador e de construtor de redes, tendo uma grande dimensão em capacitar pessoas, organizações, comunidades, de estabelecer redes e, é desta conjugação de intervenções, que se cria prosperidade, autonomização e sustentabilidade, fazendo com que o ecossistema comunitário onde determinado indivíduo pertence e está inserido, funcione e seja resiliente. (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF).

2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO DA AKF

Neste ponto, relacionam-se os ODS com cada área de atuação da AKF Portugal, ilustrando de que modo, a implementação de estratégias coerentes por parte da AKF para a consecução dos ODS, é posta em prática desde há muito antes. De acordo com o Relatório e Contas de 2012 da AKF, *“Ao promover parcerias entre organizações, favorecem-se abordagens integradas, mais informadas, adequadas às necessidades e recursos reais, mais mobilizadoras e, capazes de protagonizar e influenciar as medidas de política pública com incidência local”* (2012, p.5). Em dezembro de 2005, foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre o governo português e a AKF que estabeleceu uma base de trabalho conjunta, dirigida à melhoria da qualidade de vida tanto da comunidade *Ismaili* residente em Portugal, como da sociedade portuguesa em geral, com um foco nas mudanças demográficas, dando também uma especial atenção às populações mais carenciadas que vivem em situação social desvantajosa, nomeadamente imigrantes e minorias étnicas. Este protocolo detém um conjunto de iniciativas realizadas em parceria, em áreas relacionadas com a inclusão social e com a educação. Foi igualmente estabelecido em 2008 um Protocolo de Cooperação Internacional com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, um acordo estabelecido com a República Portuguesa assinado em 2009, e um acordo para o Estabelecimento da Sede do *Imamat Ismaili* em Portugal assinado em 2015.

Atualmente em Portugal, a AKF trabalha em cinco áreas de investigação-ação: o desenvolvimento da infância, educação, sociedade civil, inclusão económica e seniores, promovendo também o desenvolvimento cultural e dando apoio aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no âmbito de dois principais programas: o Programa de Desenvolvimento e Educação da Infância (ECD) e o Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (K’CIDADE), abordando os desafios do desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida humana, desde a gravidez e da primeira infância, até à participação dos seniores na comunidade e dos seus cuidadores (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF) defendendo uma resposta continuada, duradoura e para a autonomização. Outras áreas onde o contributo da Fundação é bastante importante incluem desenvolvimento de recursos humanos, a participação comunitária e a igualdade de género.

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

emprego, e em fornecer-lhes as competências económicas, sociais, culturais e comunitárias para poderem alcançar a prosperidade, sendo que, para a Fundação esta é uma dimensão transversal e que envolve vários dos ODS. Portanto, há de facto, uma preocupação com a prosperidade, mas uma prosperidade sustentável e sustentada (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF).

Na figura 2.4, podemos destacar de que forma é que os ODS se relacionam com as suas cinco principais áreas de atuação sendo que, o objetivo primordial é a obtenção de uma sociedade pluralista, resultante da conexão dessas mesmas áreas de atuação (Vide ANEXO C). Porém, a AKF não tem uma medição específica apenas para um determinado ODS, mas dentro daquilo que são as suas áreas de atuação, tenta perceber como é que a própria Fundação poderá estar a contribuir para os ODS e para o Desenvolvimento Sustentável, incorporando aquilo que são as definições dos ODS e onde é que eles se correlacionam (Entrevista 3: CEO da AKF).



Figura 2.4 - Áreas de Atuação da AKF e os ODS

Fonte: Fundação Aga Khan Portugal (Relatório e Contas 2018 e 2019)

Existem vários projetos que a AKF tem posto em prática com vista a proporcionar mudanças transformacionais na sociedade. Existe um especial foco na população mais jovem com o objetivo de prepará-los para um mundo em constante mudança e em aceleração tecnológica. A AKF tem desenvolvido as competências digitais e tecnológicas no programa “Bytes4Future”, trabalhando com jovens NEET (*Not in Education, Employment, or Training*) que estão à margem da sociedade (Entrevista 3: CEO da AKF). Existe também a iniciativa das Indústrias Criativas assente num modelo inovador de empreendedorismo criativo e cultural, com o objetivo de aumentar o rendimento e melhorar as condições de vida das comunidades, nomeadamente migrantes, assente nas práticas artesanais e no potencial de negócio. Têm também como objetivo testar um Programa de Aceleração e de Incubação que inclui desde o reforço de competências técnicas, a oportunidades de produção, a mentoria customizada e na criação de um *seed funds* para apoiar o crescimento de micro negócios (inclusivos)

que valorizem técnicas, saberes artesanais e heranças culturais, enquanto fatores de inovação, de acordo com os princípios de uma economia sustentável e de preservação de património material e imaterial. Na área temática de *Work and Enterprise*, uma das áreas de atuação da AKF, esta pretende melhorar os meios de subsistência através da integração económica e inclusão financeira, com o foco nas competências no futuro do trabalho e na promoção do auto-emprego (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF).

Na área da saúde, a AKF tem desenvolvido um trabalho na divulgação de mensagens-chave junto das comunidades vulneráveis, sendo esta, parte das suas respostas no sentido de desacelerar e interromper a transmissão da COVID-19, minimizando o seu impacto nas comunidades em Portugal. Este projeto tem como objetivo identificar as lacunas nas mensagens relacionadas com a COVID-19 e, conseqüentemente, trabalhar com o governo, com os serviços públicos de saúde de Lisboa Central, com o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) e com as comunidades de migrantes, garantindo que as mesmas consigam contribuir, participar e beneficiar do sistema de saúde. Adicionalmente, e segundo o site oficial da AKF Portugal, nos últimos anos, o seu Programa de Apoio a Comunidades Urbanas apoiou cerca de 14.000 pessoas em Portugal a conseguirem um emprego melhor e de longo prazo, os programas de inclusão social da AKF Portugal ajudaram mais de 8.000 pessoas a fazer face a desafios normalmente enfrentados pelas comunidades carenciadas de imigrantes, e ajudou a proporcionar oportunidades de aprendizagem de qualidade a mais de 4.500 crianças dos 0 a 8 anos nas periferias urbanas de Portugal.

Adicionalmente, a AKF tem vindo a desenvolver projetos nas áreas da transição climática, através do incentivo e desafio por parte dos seus parceiros, pois estes sentem uma confiança no seu trabalho e projetos desenvolvidos previamente (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). O Centro Infantil dos Olivais, embora não seja um edifício da Fundação, é um edifício do Estado que está alocado à Fundação, e em todas as intervenções realizadas desde 2012, a Fundação encarrega-se de identificar quais as responsabilidades ambientais dos seus parceiros e construtores, tentando assim medir a pegada ambiental de cada projeto. Adicionalmente, desde 2014, internamente e a nível global, a AKF reporta qual é a sua pegada ambiental como instituição dentro da unidade.

A partir do ano de 2021, foi iniciado mais explicitamente o comprometimento com a área ambiental, passando este a ser um tema central na agenda da AKF. Foi iniciado um projeto piloto no Bairro da Tabaqueira em Sintra, ao abrigo do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (*EEA Grants*) para o Ambiente, considerado como o “laboratório vivo de descarbonização”. Com a duração de 3 anos e liderado pela AKF em conjunto com a Camara Municipal de Sintra, reúne um total de 9 parceiros e a comunidade. O SMILE (*Sintra Motion & Innovation for Low Emissions*) visa as mais variadas situações, desde a área da elétrica, à área da mobilidade, à área do desperdício, à área da economia circular, sendo um projeto que está a atrair várias atenções no desenvolvimento de soluções

inteligentes que promovem a transição para uma sociedade de baixo carbono, e onde se gera e utiliza fontes renováveis de energia elétrica nos edifícios, acolhe uma mobilidade urbana sustentável e experimenta práticas de economia circular (Entrevista 3: CEO da AKF).

Na maioria dos casos, os projetos da AKDN e das respetivas agências, são concebidos como motores de desenvolvimento das áreas mais fragilizadas com o objetivo de promover o espírito empresarial, trazer investimento para uma determinada área ou proporcionar facilidades exigidas pelos investidores internacionais, sendo que a AKDN foi selecionada como um dos top 40 *Inovadores de Desenvolvimento Devex 2011*. Várias agências da AKDN receberam prémios relativos à sustentabilidade das comunidades, sendo que, a agência AKTC recebeu em 2020, por parte da UNESCO da Ásia-Pacífico, dois importantes prémios de Reconhecimento Especial para o Desenvolvimento Sustentável e de Excelência pela Conservação do Património Cultural e Desenvolvimento Sustentável em *Sunder Nursery* em Delhi. Foram também recebidos prémios nas áreas da sustentabilidade e energia, nas áreas da cultura, incluindo música e arquitetura, e de conservação, planeamento e restauração de património, de apoio rural e de desenvolvimento das sociedades. É importante também destacar os prémios na área do turismo e hotelaria, do microfinanciamento das comunidades e da banca, nos média, rádio e jornalismo, nos estudos e universidades e especialmente na saúde, principalmente nos esforços ao alívio da pandemia da COVID-19. Segundo Khamis & Khamis (2020), a AKDN é uma das organizações de desenvolvimento mais importantes do mundo, cujo âmbito abrange saúde, educação, desenvolvimento comunitário, iniciativa económica geradora de receita e cultura.

Na 7ª Conferência Anual do Pluralismo (2019) dinamizada pelo Centro Global pelo Pluralismo no *Centro Ismaili de Lisboa*, a Secretária-Geral Adjunta da ONU, Amina J. Mohammed discursou², abordando os vínculos entre o pluralismo e o desenvolvimento, destacando os perigos das crescentes desigualdades, proferindo que “o pluralismo é o ADN das Nações Unidas”. Reforça-se assim a ideologia que Sua Alteza Aga Khan tem vindo a defender ao longo dos tempos, de que “o pluralismo é uma necessidade vital para a nossa existência”. Amina J. Mohammed, foi uma das arquitetas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo tido um papel de relevo tanto na criação dos ODS, bem como na coordenação de um grupo de trabalho sobre o Género e Educação no Projeto do Milénio das Nações Unidas e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Evidenciou a importância da vinculação do pluralismo ao trabalho da ONU em todo o mundo, nomeadamente na promoção dos direitos humanos, na inclusão e no respeito pela diversidade, de forma a “não deixar ninguém para trás”, fomentando a paz e a prosperidade para todos. Contudo, Amina J. Mohammed salientou que era necessária a intervenção das instituições regionais e globais de forma a colmatar estes grandes

² Discurso de Amina J. Mohammed na 7ª Conferência Anual do Pluralismo: <https://www.akdn.org/pt/discurso/ms-amina-j-mohammed/conferencia-anual-do-pluralismo-do-gcp-2019>, acedido em 18/08/2021

desafios que não poderão ser resolvidos de forma isolada, dando assim lugar à Agenda 2030 e aos ODS. De acordo com Amina J. Mohammed, é necessária uma mudança radical de mentalidades para o alcance da Agenda 2030 e para a concretização dos ODS, sendo que estes partem dos espaços nos quais as pessoas estabelecem ligações: família, comunidades, locais de trabalho, escolas e clínicas médicas, pequenas empresas, os média e no meio académico, exigindo uma ação a todos os níveis. Adicionalmente, Amina J. Mohammed referiu que, será crucial a liderança e orientação por parte das instituições religiosas e filantrópicas que trabalhem a nível local, nacional e regional, mas que tenham presença internacional e que possam “*recuperar o sentimento de humanidade comum*”, salientando-se aqui o papel da AKF e da AKDN em todo o mundo.

2.4 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A AKF tem como um dos seus valores transversais à sua intervenção na sociedade, o Pluralismo, sendo este um dos pilares fundamentais da AKF. Através dele, a participação das comunidades no desenho e na implementação das intervenções são a chave para que sejam as próprias comunidades locais, as protagonistas da mudança que pretendem alcançar, garantido que os processos sejam sustentáveis (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF). No presente estudo de caso pedagógico, pretende-se sistematizar os contributos da AKF para o alcance dos ODS, verificar se estes são de facto aplicados nos seus projetos e áreas de atuação, bem como, perceber a importância das suas parcerias na redução das desigualdades, num desenvolvimento comunitário sustentável, e constatar como é que a AKF se torna num agente de mudança social, promovendo o pluralismo e uma prosperidade duradoura dentro das comunidades. Neste sentido, foram colocadas as seguintes questões:

Questão 1: De acordo com a figura 2.4, explique quais são os ODS dominantes na estrutura da AKF, nomeadamente nas suas áreas de atuação, tendo em consideração o *Tripple Bottom Line* de Elkington (1994).

Questão 2: De acordo com Young & Dhanda (2012), as ONG detêm quatro principais funções. Identifique-as e clarifique quais das 5 dimensões do desenvolvimento comunitário sustentável se relacionam com os objetivos da AKF relativamente aos ODS e com a sua abordagem ao desenvolvimento.

Questão 3: À luz da estrutura teórica das funções das ONG de Nikkhah e Redzuan (2010), explique como é que a AKF contribui para a promoção de um Desenvolvimento Comunitário Sustentável, mantendo uma independência relativamente ao Estado e a organizações externas.

Questão 4: Tendo em consideração os ODS e a dimensão de prosperidade definida pela ONU, explique qual a importância das parcerias para a AKF na mudança transformacional da sociedade com a finalidade de se atingir a prosperidade duradoura.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta tese optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de caso pedagógico sobre a Fundação Aga Khan (AKF) Portugal, adotando neste caso específico, uma abordagem qualitativa, em que se pretende descrever um caso e não se pretende o estabelecimento de relações causais como no caso frequente de metodologias quantitativas.

Coutinho (2018), defende que a abordagem qualitativa consiste na obtenção de descrições detalhadas acerca de uma realidade para posterior interpretação de uma determinada situação, tentando assim “compreender as perceções individuais do mundo” (Bell, 2008, p.20). A investigação qualitativa caracteriza-se por ser um processo de investigação onde se destacam essencialmente a sensibilidade, a integridade, o conhecimento e o interesse do investigador (Baptista & Sousa, 2011).

Sendo a abordagem de estudo de caso uma estratégia de pesquisa, Yin (2003) define o estudo de caso como sendo uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real e, de acordo com Remenyi et al. (2002), existem três contextos distintos nos quais o termo estudo de caso poderá ser utilizado no ramo da Gestão, com a finalidade de descrever três atividades académicas bastante distintas.

Primeiramente, o estudo de caso poderá ser utilizado como objetivo de pesquisa e de investigação, com a finalidade de recolher e documentar factos, descrevendo um fenómeno complexo de forma holística, permitindo uma investigação mais significativa, e fornecendo assim uma perspetiva multidimensional do fenómeno em estudo.

Segundo os autores, o estudo de caso poderá também ser usado como uma estratégia de “*story-telling knowledge-generation*”. No ramo da Gestão, se uma história ou um estudo de caso é considerado útil e contribui para uma melhor compreensão do mundo, explicando fenómenos, isto significa que o estudo de caso será reconhecido e tornar-se-á parte integrante do conhecimento as sociedade-base. Segundo McDade (1995), apesar do interesse em estudos de caso como ferramenta de ensino seja novo, a pedagogia em si é bastante antiga, tão antiga quanto os antigos contadores de histórias (os chamados “*storytellers*”), que contavam uma narrativa (caso), com o objetivo de promover a descoberta individual de sabedoria por parte das crianças, o conhecimento do mundo envolvente e o desenvolvimento dos processos de pensamento de sobrevivência.

Segundo Remenyi et al. (2002), existe ainda uma terceira estratégia relacionada com o estudo de caso. O uso de casos como ferramenta ou instrumento didático, em que não se pretende chegar a conclusões teóricas que sejam um avanço científico, mas sim desenvolver questões que levem o aluno a tomar decisões de ação considerando o cenário proposto no caso. Percebe-se porque são chamados de “Casos Pedagógicos” pois, a pedagogia como método de discussão facilita o debate em sala de aula, envolvendo os estudantes no seu próprio processo de aprendizagem, fomentando o pensamento crítico e a reflexão e, conseqüentemente, impulsionando a aprendizagem de forma autónoma, com o

objetivo de melhor compreenderem de que forma, diferentes contextos, perspectivas e circunstâncias poderão evoluir ao longo do tempo.

Segundo Wassermann (1994), a eficácia do estudo de caso depende da própria qualidade do caso, ou seja, o estudo de caso fundamenta o método de um trabalho científico, dá forma e conduz o pensamento analítico do investigador no trabalho de campo. Já o caso para estudo constitui uma excelente ferramenta de observação prática da realidade, uma vez que retrata de forma clara, objetiva e pontual a realidade de fenómenos ocorridos nas organizações. De acordo com a visão de Christensen & Hansen (1987), esta abordagem pedagógica do estudo de caso é fundamental na medida em que, apoia um objetivo educacional essencial: a formação de pessoas para a posterior prática profissional. O estudo de caso refere-se assim ao veículo da pedagogia, isto é, à utilização de um caso através da descrição de uma situação ou problema, com o objetivo de apresentar um problema para análise (McDade, 1995).

3.1 TÉCNICAS DE ANÁLISE E RECOLHA DE DADOS

A recolha dados foi efetuada com o recurso a múltiplas fontes, o que permitiu o suporte de conceitos na medida em que, uma descoberta ou conclusão de um estudo de caso será, eventualmente, mais convincente e precisa quando baseada em múltiplas e distintas fontes de informação (Yin, 2003). Segundo Igea et al. (1995), ao utilizar-se diversas técnicas de recolha de dados, será possível conseguir obter informação de diferentes naturezas recorrendo a várias perspectivas sobre a mesma situação, podendo posteriormente proceder a diversas comparações entre essas perspectivas e, deste modo, conseguir uma triangulação da informação obtida e da veracidade dos dados recolhidos.

Haguette (1997), definiu uma entrevista como sendo um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem como objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”, sendo uma das técnicas mais utilizadas no processo de trabalho de campo no que se refere à recolha de dados. Segundo Yin (2003), a entrevista é considerada como uma das principais e mais importantes fontes de informação nos estudos de caso, pois permite a diversidade de descrições e interpretações por parte dos entrevistados sobre uma determinada realidade, sendo um instrumento essencial e adequado para apreender essas múltiplas realidades de um caso específico (Stake, 1999). Queiroz (1988) defende que uma entrevista semiestruturada é uma técnica de recolha de dados que pressupõe uma conversação contínua entre o entrevistador e o entrevistado e deve ser dirigida de acordo com um objetivo, no qual, o entrevistado/informante tem a possibilidade de se pronunciar, comentar, refletir e desenvolver o tema proposto com base nas suas experiências, o que permite ao pesquisador/entrevistador obter informação através de respostas livres e espontâneas (Boni & Quaresma, 2005).

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

Sendo as entrevistas constituídas como a fonte de aquisição de dados primários, foi elaborado um guião com o objetivo de auxiliar a construir o estudo de caso pedagógico, onde as questões foram de resposta aberta, dando a oportunidade aos entrevistados de desenvolverem os seus pontos de vista, e cujo objetivo é a recolha de informação que não foi possível obter através da análise documental, com a finalidade de melhor compreender qual o papel da AKF na integração dos ODS no dia-a-dia dos seus projetos. Foram realizadas entrevistas a três pessoas chave que atualmente fazem parte da estrutura da AKF Portugal: Karim Merali (CEO da AKF Portugal e Moçambique), Sérgio Barroso (Membro do Conselho Nacional da AKF Portugal e Diretor da CEDRU) e Ana Pinto (Responsável pelo departamento de Gestão de Trabalho e Empresas da AKF). Ainda assim é importante fazer um *disclaimer* de que as análises apresentadas neste trabalho não refletem necessariamente as opiniões e perspetivas da AKF.

A obtenção de dados secundários foi realizada através de uma recolha e posterior análise de conteúdo documental, através de livros, artigos científicos, revistas da especialidade, jornais, legislação, documentação de congressos, conferências, seminários e relatórios, com a finalidade de obter informação relevante, permitindo complementar a informação já recolhida. Depois de constatar que a AKF adere à linguagem dos ODS com base na informação disponibilizada nos seus Relatórios e Contas, foi possível identificar quais as áreas de atuação da Fundação e quais os ODS que mais se relacionam com estas áreas, o que auxiliou ao complemento da informação obtida com as entrevistas.

4 NOTA PEDAGÓGICA

4.1 AUDIÊNCIA/PÚBLICO-ALVO DO ESTUDO DE CASO PEDAGÓGICO

O desenvolvimento deste estudo de caso pedagógico tem como finalidade ser objeto de estudo e análise por parte de estudantes de licenciatura e mestrado, especializados nas áreas de Gestão e Economia, ou em Unidades Curriculares (UCs) relacionadas com a Sustentabilidade, os ODS e a Economia Social, e/ou que integrem estes tópicos nos seus programas curriculares e nas suas áreas de estudo. Devido à natureza pedagógica deste estudo de caso, poderá ser útil a profissionais da área, ou mesmo de outras áreas distintas, que queiram redirecionar as suas atividades ou ter uma melhor perceção das áreas da Sustentabilidade e da Economia Social, e necessitem exemplos de como é que os ODS poderão ser implementados nas áreas de atuação destas Organizações, e nomeadamente nas Fundações.

4.2 OBJETIVOS PEDAGÓGICOS E RESULTADOS DA APRENDIZAGEM

Este estudo de caso pedagógico tem como principais objetivos:

- Aprofundar e consolidar os conhecimentos teóricos abordados na revisão de literatura;
- A aplicação e interligação destes conceitos teóricos num caso prático real;
- Identificar o impacto que a aplicação dos ODS trouxe para as Fundações e Organizações de Economia Social;
- Avaliar e entender qual o papel que as organizações de Economia Social têm tido na implementação dos ODS, nomeadamente as Fundações, e em particular a AKF;
- Perceber a importância de integrar os Sustentabilidade e os ODS nos projetos e nos meios de atuação das Fundações, avaliando as suas práticas e o seu nível de envolvimento para com a Sustentabilidade e os ODS;
- Analisar de que forma é que parcerias e sinergias têm desempenhado um papel fundamental na implementação da Agenda 2030 e dos ODS, com o objetivo de atingir a Prosperidade.

4.3 REVISÃO DE LITERATURA

4.3.1 DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Sustentabilidade sofreu uma grande evolução ao longo dos anos. Durante o século XX deflagrou-se uma grave crise mundial como consequência da industrialização e, por conseguinte, a ideia de desenvolvimento como possibilidade de progresso e de crescimento ilimitado constituiu-se como sendo um dos pilares da sociedade industrial ocidental, ou seja, houve um processo de modernização sem que de facto houvesse, um processo de desenvolvimento. Segundo Maia & Pires (2011), esta crise foi consequência de uma série de comportamentos levados a cabo pelo ser humano para com o meio ambiente, tais como, impactos provenientes principalmente da pressão industrial,

das forças de mercado sobre o meio ambiente, da concentração de capital numa percentagem ínfima da população mundial e do crescimento populacional. Após a 2ª Guerra Mundial, o grande desafio das sociedades era a sua reconstrução aliada à estabilização e posterior crescimento, com a finalidade de reduzir as disparidades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas relativamente aos países periféricos e predominantemente rurais. Historicamente, de acordo com Wilderer (2007), o termo *Nachhaltigkeit* (termo em alemão que se traduz em “Sustentabilidade”) foi utilizado primeiramente pelo cientista Hans Carl von Carlowitz, em 1713. No artigo publicado por von Carlowitz intitulado de “*Sylvicultura Oeconomica*”, o autor sugeriu que a gestão florestal sustentável era apenas alcançada quando, por unidade de tempo, tantas árvores eram cortadas quanto as árvores que cresciam, uma condição necessária para manter a estabilidade económica. Porém, segundo Bosselmann (2015), o conceito de Sustentabilidade surgiu cerca de 600 anos antes do século XX, entre os anos de 1300 e 1350, aquando da grave crise ecológica na Europa Continental, decorrente do desenvolvimento agrícola e da utilização excessiva da madeira, cujos elevados níveis de utilização quase levaram à deflorestação do continente Europeu (Garcia & Garcia, 2016). A sustentabilidade surge assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem económica, como uma condição essencial para a sobrevivência do ser humano e como um alicerce para se alcançar um desenvolvimento duradouro, questionando-se assim as próprias bases da produção (Leff, 2011; Garcia, 2016). O termo sustentabilidade, que vem do latim *sustentare*, tem diversas conotações e “*decorre do conceito de sustentação, o qual, por sua vez, é associado aos conceitos de manutenção, conservação, permanência, continuidade e assim por diante*” (Freitas, 2006; Garcia, 2012).

Em termos gerais, o conceito de desenvolvimento, foi inicialmente identificado como sendo o crescimento económico, tecnológico, urbano e a internacionalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social (Scotto et al., 2007). Contudo, foi elaborado o *Relatório Meadows*, a pedido do Clube de Roma, que consiste num estudo realizado na década de 70 por um conjunto de cientistas e técnicos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), onde se retrata a expansão humana e o crescimento económico ilimitado, e demonstra qual o impacto da produção nos recursos naturais e, conseqüentemente, a sua escassez. Segundo Scotto et al. (2007), os níveis de crescimento (industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais) crescem em progressão geométrica enquanto que a capacidade de renovação das matérias-primas e fontes de energia crescem em progressão aritmética. De acordo com Servaes (2017), o desenvolvimento na sua essência é o desenvolvimento da população e a transformação da sociedade. A crescente conscientização e a escala dos impactos humanos para com o meio ambiente promoveram o aparecimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável (Quental et al., 2011) e este, faz parte de um conjunto de conceitos que surgiram nos últimos anos, como uma reformulação em resposta às críticas ligadas à ideia de desenvolvimento como um desenvolvimento ilimitado (Amaro, 2003). O

Desenvolvimento Sustentável assume-se assim como sendo uma dimensão mais operacional, refletindo o processo de garantia a longo prazo, de uma melhoria contínua de todos os componentes da Sustentabilidade, o que se traduz em equidade económica, preservação ambiental e justiça social (UN, 1987; Bossel, 1998; Lafferty, 2006; Barbosa et al., 2014), sendo considerado como um processo de mudança no uso de recursos, de direção de investimento, orientação, desenvolvimento de tecnologia e mudanças institucionais que atendem às necessidades presentes e futuras (Baghaei et al., 2013). Assim sendo, poderemos dizer que o ponto de partida da teoria do Desenvolvimento Sustentável surge da necessidade de uma perspetiva multidimensional. Os conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável têm vindo a ganhar extrema importância tanto a nível social como a nível económico e político (Fernandes et al., 2017). A principal diferença entre a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável baseia-se na ideia de que, tendo em consideração um determinado processo, o Desenvolvimento Sustentável é considerado como sendo um meio para que se consiga atingir um fim, ou seja, é apenas um processo, em direção a um destino, que é a Sustentabilidade (Parkin, 2000; Porritt, 2001; Souza & Garcia, 2014). O Desenvolvimento Sustentável deverá assim mover o ser humano em direção à Sustentabilidade, aliando-se à melhoria das condições de vida, num mundo que está em constante desenvolvimento e evolução (Barry, 2018).

Devido à escassez de recursos naturais e, com o início dos movimentos ambientalistas em oposição ao modelo materialista, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente por parte da sociedade de consumo, surgiram a partir das décadas de 1960 e 1970, as primeiras conferências e debates sobre o meio ambiente. Em 1972, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, sendo a primeira conferência no qual se debateram tanto problemas ambientais, como aspetos políticos, sociais e económicos. Em 1987, a ONU constituiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), no qual todo o trabalho desenvolvido culminou na publicação do documento: *“Our Common Future”*, mais conhecido como *“Relatório de Brundtland”*. A Comissão argumentou que este era o momento ideal para que a comunidade, em geral, assumisse a responsabilidade pelas causas e consequências dos danos ambientais (Hammond, 2006), relacionando a economia e o ambiente. No *Relatório de Brundtland*, a ONU definiu o termo Desenvolvimento Sustentável como sendo: *“O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”* (UN, 1987), garantindo o equilíbrio entre o crescimento económico, o ambiente e o bem-estar social. Desde então, o conceito de Sustentabilidade tem sido reconhecido como um princípio normativo da sociedade contemporânea, que inclui uma relação ética de longo prazo das gerações atuais para com as gerações futuras (Laws et al., 2004; Scholz, 2011) com o objetivo de garantir um ambiente saudável e melhores condições económicas e sociais (Rosales, 2011).

4.3.2 AS TRÊS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Com o objetivo de encontrar um ponto de equilíbrio entre uma estrutura social, um sistema económico mais justo, equilibrado e sustentável, e garantir a sobrevivência do ser humano em condições sustentáveis e dignas no meio ambiente, o conceito de sustentabilidade é visto como sendo um conceito integrativo e com um carácter pluridimensional, tendo em consideração três importantes dimensões correlacionadas e dependentes entre si: a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ambiental. Estas três dimensões, a que Elkington (1994, 1998) considera ser o Tripé da Sustentabilidade, refletem que o desenvolvimento responsável requer a consideração do capital natural, humano e económico, traduzindo-se em *People, Planet & Profit* no contexto empresarial (Elkington, 1997, 1998; Kajikawa, 2008; Schoolman et al., 2012).

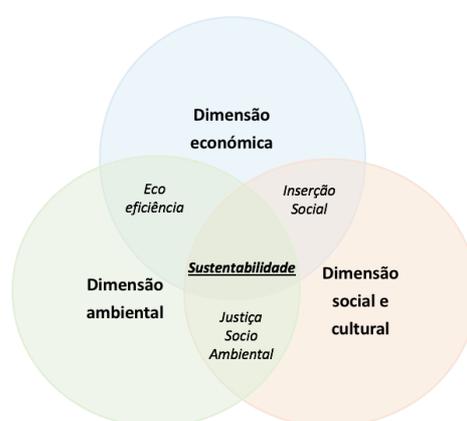


Figura 4.1 - Dimensões da Sustentabilidade (Tripple Bottom Line)

Fonte: (Elkington, 1994) (Adaptado – Elaboração própria)

A ideia de que, as estratégias que visam o Desenvolvimento Sustentável devem assentar nestas três dimensões definidas como *Triple Bottom Line*, foi desenvolvida por Elkington em 1994. O termo *Triple Bottom Line* corresponde aos resultados de uma sociedade ou organização medidos em termos sociais, ambientais e económicos, tendo origem nas ciências empresariais e segundo Elkington (1994), esta era uma maneira de operacionalizar a responsabilidade social corporativa. Segundo o autor, o objetivo do Desenvolvimento Sustentável é o equilíbrio entre estas três dimensões, sendo estas definidas como uma meta, promovendo ações “ambientalmente responsáveis, socialmente justas e economicamente viáveis”. Alguns autores afirmam explicitamente que as três dimensões devem deter um peso proporcional (Pope et al., 2004). O conceito de *Tripple Bottom Line* de Elkington (1994), está implícito na definição de Desenvolvimento Sustentável adotada pela ONU na sua Agenda para o Desenvolvimento, considerando que os três pilares estão diretamente relacionados com os ODS: o desenvolvimento económico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Os targets universais da Agenda 2030 são aplicáveis tendo em constante consideração as diferentes realidades, capacidades e

níveis de desenvolvimento dos países, equilibrando estas três dimensões do Desenvolvimento Sustentável:

O desenvolvimento é uma das principais prioridades das Nações Unidas. O desenvolvimento é um compromisso multidimensional para alcançar uma maior qualidade de vida para todas as pessoas. O desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental são interdependentes e reforçam mutuamente as componentes do desenvolvimento sustentável. (UN, General Assembly, 1997, p.12)

No entanto, é importante referir que, apesar das especificidades de cada dimensão, elas estarão sempre estritamente interligadas e relacionadas entre si (Garcia, 2012). E, de forma a haver uma prosperidade duradoura, é de extrema importância considerar sempre as três dimensões em conjunto.

Dimensão social

A dimensão social corresponde a tudo o que está relacionado com os Direitos Humanos: equidade (distribuição dos rendimentos), inclusão (emprego) e saúde (esperança de vida e acesso a serviços médicos) (Kuhlman & Farrington, 2010). Segundo Ferrer (2012), a dimensão social abrange desde a proteção da diversidade cultural até à garantia real do exercício dos direitos humanos, eliminando qualquer tipo de discriminação. Assim, considera-se que, os direitos fundamentais dos seres humanos e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos de uma sociedade, devem ser respeitados, bem como as qualidades inerentes aos mesmos, sendo estas reconhecidas como “capital humano” (Garcia & Garcia, 2014). O Desenvolvimento Sustentável é entendido como sendo um desenvolvimento socialmente justo e eticamente aceitável (Hansmann et al., 2012), logo, esta dimensão é baseada num processo de melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade e tem como objetivo promover uma sociedade mais justa através da redução de discrepâncias entre ricos e pobres, através da inclusão social e da distribuição equitativa de bens, sendo imperativo o foco na eliminação da pobreza. É igualmente importante o acesso à saúde, à educação, à habitação, à alimentação, ao saneamento básico, entre outras condições essenciais para a sobrevivência do ser humano, existindo um foco igualmente importante nos direitos das minorias, dos incapacitados e nos direitos das mulheres. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está assim, marcada por uma forte abordagem aos direitos humanos (Filho et al., 2019).

Dimensão ambiental

A dimensão ambiental refere-se à manutenção dos ecossistemas de forma a que estes funcionem de forma saudável e eficiente, à capacidade do meio ambiente e, à utilização de fontes de energia renováveis. Garcia & Garcia (2014) defendem que a dimensão ambiental diz respeito à proteção do meio ambiente e do Direito Ambiental, tendo como finalidade a garantia da sobrevivência do planeta

através da sua preservação e na melhoria dos aspetos físicos e químicos, considerando sempre o alcance da melhor qualidade de vida para o homem no planeta Terra. Defende-se que os recursos naturais devem ser conservados e geridos de maneira eficiente, especialmente os não-renováveis e os que são fundamentais para o suporte de vida do planeta. Como consequência, devem ser implementadas ações com o objetivo de minimizar os impactos negativos causados no ar, água e solo, preservando a biodiversidade, protegendo e melhorando a qualidade do ambiente e, promovendo uma produção e consumo responsáveis.

Dimensão económica

De acordo com Kuhlman & Farrington (2010), a dimensão económica corresponde ao lucro, e é traduzido como sendo o dinheiro ganho por um país, expresso pelo *PIB*. Contudo, Ferrer (2012), defende que a dimensão económica consiste em solucionar o desafio de amplificar a criação de riqueza de forma ambientalmente sustentável, encontrando mecanismos para uma distribuição mais equitativa. A dimensão económica refere-se assim à prosperidade em diferentes níveis da sociedade e à eficiência da atividade económica, que tem como objetivo o alcance do nível ótimo de produção, garantindo uma exploração sustentável e a sustentabilidade das relações entre os diferenciados intervenientes da sociedade. Segundo Garcia & Garcia (2014), a dimensão económica foca-se no desenvolvimento da economia e tem como finalidade a garantia de uma melhor qualidade de vida.

Adicionalmente, esta dimensão passou a ser considerada como uma das mais importantes no alcance da sustentabilidade por dois motivos principais: primeiramente porque não existe a possibilidade de retroceder nas conquistas alcançadas pela sociedade mundial ao nível do desenvolvimento económico, e, em segundo lugar, porque o desenvolvimento económico está interligado à dimensão social no que se refere à diminuição da pobreza extrema, pois, tanto a pobreza como as desigualdades sociais estão intimamente ligadas à dimensão económica. Segundo Freitas (2012), deve-se investir na educação e na minimização da pobreza para que as pessoas atinjam a emancipação económica, o que lhes concede o carácter sustentável. O crescimento económico pode afetar o indicador da pobreza e contribuir para a prosperidade, se essa mesma prosperidade for partilhada entre as diversas gerações, pois, um progresso contínuo na redução da pobreza e no aumento da prosperidade, requer um grande dinamismo económico, de forma a gerar oportunidades de rendimento para os vários segmentos da sociedade. Adicionalmente, para que esse crescimento tenha um impacto duradouro, deverá ser sustentado por longos períodos de tempo, o que resulta na criação de emprego e de mão-de-obra essencial, aumentando assim o rendimento e o salário das populações.

Contudo, a pobreza não está apenas relacionada com os critérios económicos e sociais, no que toca à falta de condições mínimas de vida humana, estando também relacionada com os critérios

ambientais. De acordo com Bedlin & Garcia (2011), um cidadão que viva com as condições mínimas de sobrevivência não está preocupado com a proteção ambiental, mas sim com a sua sobrevivência e dos seus, sendo que, para esse cidadão, é indiferente se as suas atividades conduzem ou não, à deterioração do meio ambiente. É também importante evidenciar que, o crescimento económico consciente é uma condição necessária, porém não suficiente, para o aumento do bem-estar do ser humano, na medida em que, a distribuição de rendimento não resulta necessariamente num crescimento económico. Contrariamente, poderá resultar numa exclusão social, caso apenas uma minoria seja beneficiada, sendo para isso necessárias políticas públicas específicas. De igual modo, o equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente pode ser afetado negativamente pelo crescimento económico, caso não existam políticas públicas económicas e ambientais de longo prazo, que reduzam as perdas ambientais e sociais associadas ao crescimento económico.

4.3.3 PROSPERIDADE: A DIMENSÃO ECONÓMICA DA SUSTENTABILIDADE

A palavra prosperidade deriva do latim *prosperitate*, que se refere à qualidade ou estado de que é próspero, significando felicidade ou riqueza. Para a maioria dos investigadores e estudiosos das sociedades industriais ocidentais, o conceito de prosperidade significa um estado de posse, de criação e expansão de riqueza monetária, e de abundância de bens e serviços materiais (Zoeteman, 2001). De acordo com Rees (2002), o mito expansionista está estritamente associado à economia neoliberal, na medida em que, a economia era vista como sendo um sistema independente, autossustentável e autorregulado, cuja produtividade e crescimento não seriam restringidos pelo meio ambiente. O pensamento económico convencional defende que, quanto maior o rendimento *per capita* de um determinado indivíduo, maior será o seu poder de compra, o que levará a uma maior oportunidade de consumo, e conseqüentemente resultará num aumento da maximização da utilidade pessoal e de bem-estar derivado desse próprio consumo.

Sen (1984), estabeleceu três distinções que se relacionam com o conceito de prosperidade: opulência, utilidade e a capacidade de florescer. O termo “utilidade” refere-se ao grau de satisfação obtido no consumo de um bem ou serviço, assumindo que o valor de um bem ou serviço é equivalente ao preço que as pessoas estão dispostas a pagar por esse bem ou serviço, “*willigness to pay*”. Considerando a utilidade marginal decrescente, o consumo adicional de um bem ou serviço proporciona uma menor satisfação, logo, a satisfação no consumo de um bem ou serviço relaciona a prosperidade com a utilidade. Contudo, Daly & Farley (2004) argumentam que este conceito não pode ser tido em conta considerando a evolução geracional pois, a geração atual já usufrui de um nível de conforto material elevado e, um aumento adicional no salário e o conseqüente aumento no consumo, resultariam num ganho de utilidade nulo, quando deveria ser menor. Durante várias décadas, tem havido uma série de discussões relativamente aos indicadores PIB/PIB *per capita* e PNB, pelo facto de

estes serem considerados como os principais indicadores macroeconómicos nos sistemas de contas nacionais, espelhando a prosperidade económica, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a qualidade de vida. O indicador “*PIB per capita*” é caracterizado como uma medida quantitativa média do valor monetário da produção de uma dada economia. Contudo, é simultaneamente defendido que, o PIB não contempla os serviços que são prestados fora do mercado regulado, tais como, o trabalho doméstico ou a economia paralela, não refletindo os danos ambientais causados pelo uso excessivo de recursos não renováveis.

De acordo com o Banco Mundial (2013), o Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que perdura e que não diz respeito apenas ao crescimento económico. Se o conceito de prosperidade for alargado de forma a incluir qualidades intangíveis, pode significar a riqueza material aliada à riqueza das relações familiares, amizades e relacionamentos comunitários, o que se traduz numa riqueza de “capital social” (Webb & Novkovic, 2014). Uma comunidade é considerada próspera se obtiver uma suficiência material aliada ao bem-estar de toda a comunidade, e assim, quanto mais altos forem os níveis de sustentabilidade económica, mais equilibrada a economia se torna. De acordo com Barry (2018), a sustentabilidade é descrita como a soma global das atividades económicas e humanas, resultante da procura e da oferta de recursos, de forma a que os sistemas básicos de suporte ecológico da natureza estejam em equilíbrio, preservando assim os ativos ambientais e garantindo a equidade entre gerações. Existe uma permanente consciência da necessidade de preservação do meio ambiente no sentido de a sua utilização ser feita de forma racional e equilibrada, no que se refere à exploração dos recursos naturais.

Frequentemente os juízos de valor e opiniões sobre a escassez dos recursos pesam bastante e são uma componente essencial no que respeita à definição de Desenvolvimento Sustentável (Caiado et al., 2018), sendo a sustentabilidade é um tópico natural de estudo nas ciências socioeconómicas e a escassez dos recursos um dos temas mais debatidos pelos economistas (Kuhlman & Farrington, 2010). Escassez essa que afeta em grande proporção as sociedades mais desfavorecidas, e, cuja capacidade de reivindicação juntos dos governos é muito menor. As sociedades pobres, constituídas por territórios e zonas cujo tecido económico e social é bastante frágil, não estão capacitadas para promover as mudanças necessárias dentro das suas próprias sociedades. É, por isso vantajoso, a intervenção de organizações como as organizações da Economia Social criando um Desenvolvimento Sustentável e que perdure, com o objetivo de captação de recursos públicos para o desenvolvimento das economias locais. O Desenvolvimento Sustentável sendo considerado uma mudança socioeconómica positiva (externalidade positiva), alivia a pobreza e a fome e simultaneamente reduz as desigualdades económicas, ajudando a expandir os recursos essenciais e outros ativos de capital natural, preservando a integridade dos ecossistemas de apoio e, garantindo o fluxo essencial de suporte vital de serviços.

A dimensão económica da sustentabilidade supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo, com uma economia crescente em recursos naturais (Nascimento, 2012). Contudo, segundo Freitas (2012), a dimensão económica da sustentabilidade evoca uma ponderação e um *trade-off* entre a eficiência e equidade e dos benefícios *versus* custos diretos e indiretos (externalidades). Alguns economistas que defendem a teoria macroeconómica clássica consideram que, os resíduos e a poluição produzidos e o esgotamento de recursos consequentes do crescimento económico, são vistos como “falhas de mercado”, sendo consideradas como externalidades. De acordo com o Banco Mundial (2015), apenas cerca de 25% dos países de todo o mundo, principalmente os países com um número mais elevado de retorno económico, conseguiram crescer a nível económico ao mesmo tempo que conseguiram diminuir as suas externalidades ambientais. Por conseguinte, a economia não se pode sobrepor à sustentabilidade sob o perigo de comprometer o bem-estar da presente e futuras gerações (Campos et al., 2013).

De uma forma geral, a definição de desenvolvimento económico não tem o mesmo significado que crescimento económico. Enquanto que o crescimento económico é geralmente definido como sendo o aumento no PIB *per capita*, o desenvolvimento económico é definido como sendo um aumento no nível de bem-estar material e na qualidade de vida de uma sociedade. Com as mudanças ocorridas entre o século XX e XXI no que toca à evolução e à reorientação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, podemos concluir que, embora o salário, a produtividade e o PIB/PNB ainda sejam aspetos essenciais ao desenvolvimento humano, eles não são no seu geral, a soma total da existência humana (Servaes, 2017). A forma como os impactos sociais e ambientais são medidos, exigirá uma reformulação se quisermos redefinir o conceito de prosperidade como um projeto social e político, e não apenas uma noção de desenvolvimento com base no salário e em indicadores. Não há um caminho único para a prosperidade e não existe um único modelo económico de desenvolvimento.

4.3.4 EVOLUÇÃO DAS AGENDAS DA ONU ATÉ À AGENDA 2030

Durante as últimas décadas foram organizadas conferências por parte da ONU e de várias instituições, que colocaram na agenda objetivos internacionais que poderiam ser alcançados conjuntamente pelos países em todo o mundo e pelas agências da ONU. No que se refere aos desafios atuais e futuros da sustentabilidade, Filho et al., (2019) considera que existem metas a enfrentar a uma escala global, sendo moldadas tendo em consideração uma série de medidas e targets adotados pela ONU. No âmbito do documento “*Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*”, os países aderentes manifestaram uma clara intenção de criar uma conexão entre os três níveis do Desenvolvimento Sustentável: económico, social e ambiental, ao longo de 17 metas e 169 objetivos

(UN, 2015), com a finalidade de equilibrar o progresso económico e a proteção ambiental, mas também conscientes de interesses sociais (Dempsey et al., 2011; Emas, 2015).

Foi assim realizada em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, a que Ferrer (2012) intitulava de “primeira onda”, de uma visão de progresso cronológico e de impulsos políticos, onde foram discutidas questões relacionadas com a degradação ambiental.

A “segunda onda” de debates e conferências mundiais realizou-se em 1992 no Rio de Janeiro, com a ECO-92/RIO-92, ou Cúpula da Terra, onde foi elaborado um dos documentos mais importantes que contribuiu para o Desenvolvimento Sustentável: a Agenda 21. No documento elaborado pela ONU, foi delineado um plano de ação detalhado, tendo como objetivo primordial a urgente necessidade de transformação da sociedade, bem como a extinção do modelo de crescimento económico contínuo, a reversão dos padrões de crescimento e produção insustentáveis e a identificação dos grandes problemas da humanidade, cujo principal objetivo continuava a centrar-se na eliminação da pobreza extrema e na criação de melhores condições de saúde nos países em desenvolvimento (IPEA, 2010; Sachs, 2012; Osborn et al., 2015). Em 1997, e com a finalidade de reavaliar a implementação da Agenda 21, foi realizada a “Cúpula da Terra +5”, onde o grande foco continuaria a ser a eliminação da poluição atmosférica e a pobreza.

Posteriormente, o ano de 2000 marcou o início dos ODM (Anexo D) e da Cimeira do Milénio, onde foi aprovada a Declaração do Milénio por parte de 189 estados membros da Assembleia Geral da ONU, e segundo Jan Vandemoortele (2011), co-autor dos ODM, a sua origem teve dois propósitos: resgatar a Declaração do Milénio e reavivá-la, e segundo, expandir a narrativa do desenvolvimento para além do crescimento económico. Com a finalidade de alcançar um Desenvolvimento Sustentável, foram estabelecidas na Cimeira do Milénio, variadas parcerias entre diversos movimentos sociais, verificando-se o aumento das ONG e o fortalecimento no número de novos agentes sociais e de grupos de atuação. Ferrer (2008), considerava que a sustentabilidade estaria relacionada com os ODM na medida em que estes eram o guia de ação da humanidade.

No ano de 2002, realizou-se o RIO+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, considerada de “terceira onda”. Esta conferência também teve como principal objetivo discutir as metas e soluções já propostas na Agenda 21. Contudo, apesar da qualidade de vida ter melhorado de um modo geral, após uma reavaliação, nem todos os objetivos foram totalmente atingidos. Num contexto pós-Agenda 21, os ODM e os seus targets foram alvo de crítica devido aos resultados obtidos, levando a diferentes opiniões sobre se estes foram ou não bem-sucedidos (Filho et al., 2019).

Devido à necessidade de uma abordagem mais integrada relativamente ao desenvolvimento, com o objetivo de renovar o compromisso político para com o Desenvolvimento Sustentável, foi realizada,

em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como RIO+20, e, considerada por Ferrer (2012) como a “quarta onda”. Foi feita uma avaliação do progresso e das lacunas na implementação das medidas já adotadas anteriormente com a finalidade de renovar e alcançar uma abordagem mais integrada do Desenvolvimento Sustentável, onde as principais metas continuavam a centrar-se na erradicação da pobreza e na preservação dos recursos naturais, facilitando assim a entrada da Economia Social na abordagem destas metas. Outro dos motivos que contribuíram com que a Economia Social se tornasse importante para atingir as metas propostas foi a crise financeira global de 2008 (Utting et al., 2010). A Conferência apelou assim a uma ação urgente de forma a que “o desenvolvimento sustentável seja predominante a todos os níveis, integrando os aspetos económicos, sociais e ambientais e reconhecendo as suas interligações na sociedade” (*UN System Task Team, 2012*). Pelo facto de existirem ainda algumas metas a cumprir e a atingir, surgiu uma nova agenda de Desenvolvimento Sustentável: a Agenda 2030. Em 2015, e no seguimento da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, foi criada a Agenda 2030 composta por 17 ODS e 169 metas associadas, cujo objetivo é suceder e “finalizar” o trabalho desenvolvido pelos ODM. Segundo a ONU, cada objetivo de desenvolvimento sustentável tem os seus próprios *targets* e indicadores de referência, que permitem uma melhor mensuração dos mesmos. Assim, a Agenda 2030 tem como objetivo geral o alcance conjunto de objetivos económicos, sociais e ambientais, para além de objetivos técnicos e políticos já propostos de uma forma organizada na Agenda 21.

Inicialmente o Desenvolvimento Sustentável era visto como tendo 3 dimensões principais: crescimento económico, inclusão social e proteção ambiental. Com a finalidade de desenvolver melhor esta abordagem, foram adotadas duas dimensões críticas que iriam impulsionar a Agenda 2030 pelos estados membros: Parcerias e Paz. As Parcerias fortalecem as capacidades dos participantes trabalharem em conjunto, e a Paz diz respeito à justiça e a instituições sólidas que são essenciais para atingir a melhoria dos três elementos principais. A verdadeira sustentabilidade encontra-se no centro, e é importante considerar cada um dos ODS através da lente destas cinco dimensões, pois são estas cinco dimensões que norteiam as decisões nas políticas de desenvolvimento. Os 17 ODS refletem o panorama de como é que a economia global, a sociedade e o meio-ambiente devem ser vistos em 2030, juntamente com ações específicas que irão ser requeridas a nível global, regional e nacional. Em conjunto, a Agenda 2030 e os ODS (Anexo E), representam uma abordagem holística para a compreensão e a resolução problemas relativos aos desafios da sustentabilidade.

4.3.5 AS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL E AS FUNDAÇÕES – DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Segundo Quintão (2004), o termo Economia Social remonta ao século XIX em França e, foi primeiramente definido por Charles Gide³, que perspetivava a Economia Social como um ramo da Ciência Económica integrando três vertentes (movimentos cooperativo, mutualista e associativo), originários da sociedade civil e cuja finalidade era a melhoria das condições de vida da classe operária. De acordo com Santos (2005), Roque Amaro afirma que:

“A economia social nasceu no século XIX na ressaca das injustiças sociais da revolução industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entreatajuda e da cooperação. É quando surgem as cooperativas, as mutualidades e as associações. [...] O renascimento do conceito de economia social dá-se no princípio dos anos 80, com a globalização e o agravamento dos problemas sociais” (Amaro, 2005, p.2).

Um termo relacionado com a Economia Social, porém mais restrito, é o termo “Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL)”. De origem anglo-saxónica, tendo também influência de países do Norte e Centro da Europa, as OSFL não têm como finalidade última a obtenção de lucro e detêm uma missão cultural desenvolvendo a sua atividade assente em causas sociais, ambientais, de ensino ou investigação, filantrópica, de defesa de direitos humanos, entre outras. Internacionalmente, é reconhecido o importante contributo que as OSFL têm dado para o crescimento dos diferentes setores da sociedade (Bourgeon & Lehmann, 2008). Dentro dos principais tipos de OSFL, são vários os termos utilizados indefinidamente para nos referirmos a este conjunto de organizações. A nível de formas jurídico-institucionais existem: Associações, Associações Mutualistas, Fundações, e relativamente aos estatutos existem: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações de Desenvolvimento Local, ONG de Cooperação para o Desenvolvimento, Federações, Uniões e Confederações. As designações e os critérios empregues refletem não só a grande variedade de formas que assumem face a diferentes contextos históricos e sociais, como também às posições assumidas pelos diversos atores e grupos sociais envolvidos (Almeida, 2010). No Relatório “O Setor Não Lucrativo Português Numa Perspetiva Comparada” elaborado pela Universidade Católica em conjunto com a Universidade John Hopkins, com o contributo de algumas fundações, nomeadamente da AKF e da Fundação Calouste Gulbenkian, foram definidas cinco características estruturais na definição de setor não lucrativo e das OSFL: Organizadas (remetendo para a realidade institucional, nas estruturas das suas operações e procedimentos); Privadas (são institucionalmente separadas do governo e da administração pública); Não distribuidoras de lucro (sem fins lucrativos, propósitos não comerciais

³ Charles Gide (1847-1932). Economista e académico francês. Foi o primeiro responsável pela cátedra da disciplina de economia social da Universidade de Paris, e organizador responsável pela apresentação de um pavilhão economia social na Exposição Universal de Paris de 1900, evento que simboliza o reconhecimento da Economia Social (Quintão, 2004).

onde não há lugar ao recebimento ou distribuição de rendimentos gerados pela atividade, por parte de nenhum diretor, acionista ou gestor); Autogovernadas (detêm os seus próprios mecanismos de governação interna, controlando as suas atividades e operações); e Voluntárias (o grau de participação voluntária é significativo).

No caso específico das Fundações e de acordo com o site do CPF⁴, as Fundações são organizações/pessoas coletivas sem fins lucrativos criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas para a gestão de uma massa patrimonial que lhe é cedida definitivamente pelos fundadores, e que deve ser substancialmente preservada, para a satisfação de certas finalidades de interesse social. Têm a finalidade de prosseguir um fim duradouro, designadamente: a assistência a pessoas com deficiência, refugiados e emigrantes, a cooperação para o desenvolvimento, a preservação do património histórico, artístico ou cultural, a promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, entre muitas outras. Das 574 Fundações incluídas no Inquérito ao Setor da Economia Social 2018⁵, 32,2% das Fundações realizaram ações de voluntariado no domínio da ação social e, 36,2% das Fundações desenvolveram iniciativas desportivas, culturais e recreativas, 30,8% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental e 28,6% procederam à divulgação de informação interna.

4.3.6 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Economia Social refere-se à produção e à troca de bens e serviços entre organizações e empresas que pretendam alcançar as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável, visando atingir objetivos sociais, económicos e ambientais. Realizam atividades relacionadas com as finanças, o consumo solidário, as trocas e o comércio justo (Morais, 2013, 2014), aliando a rentabilidade à solidariedade, a sustentabilidade à inovação tecnológica, criando empregos estáveis e dignos, reforçando a inclusão e a coesão social, económica e regional e produzindo capital humano e social. Caracterizam-se também por serem um conjunto amplo de organizações que se distinguem das organizações convencionais com fins lucrativos, privilegiando objetivos sociais contrariamente à maximização do lucro, reconhecendo o papel da ação coletiva e da cidadania ativa no fortalecimento económico e político das comunidades mais frágeis, procurando também alcançar uma dimensão cultural e de boa governação, humanizando a economia e reintroduzindo as noções de justiça, ética, partilha, equidade e democracia nas atividades económicas (UNTSSE, 2014a, 2014b,; Utting, 2015, 2018). Simultaneamente, auxiliada pelos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação, a Economia Social aborda as causas dos

⁴ CPF (Centro Português das Fundações): <https://cpf.org.pt>

⁵ CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) - Inquérito ao Setor da Economia Social 2018: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/11/ISES.pdf>

problemas de desenvolvimento das sociedades atuais, especialmente as condições estruturais que reproduzem desigualdades e injustiças socioeconômicas e ambientais, sendo considerada como elemento significativo na mudança transformativa da sociedade e no alcance dos ODS. No relatório *“Social and Solidarity Economy for the Sustainable Development Goals”* (UNRISD, 2018) é destacada a capacidade de uma abordagem integrada e equilibrada na implementação dos ODS por parte da Economia Social, evidenciando a sua dependência na redução e minimização de eventuais conflitos no que se refere ao alcance dos seus objetivos e metas. A Economia Social teve uma abordagem crucial face às limitações enfrentadas durante a implementação dos ODM, redirecionando as atenções para os territórios locais e respetivos grupos, desempenhando um papel importante no apoio ao desenvolvimento local, inclusivo e sustentável. Tais características fazem com que a ONU reconheça a Economia Social como um dos pilares auxiliares na construção e realização dos ODS. A Economia Social e as ONG têm desempenhado um importante papel na promoção do Desenvolvimento Sustentável a nível internacional, no que diz respeito à implementação de esforços na esfera política global sendo que, através de uma atuação mais consistente foi possível colmatar algumas das falhas e lacunas relativamente à prestação de serviços por parte de outras agências de desenvolvimento (Simon & Klaus, 1998). Através de financiamento de projetos, comprometendo-se com a prestação de serviços e com o fortalecimento das capacidades, contribuíram para a conscientização e promovendo a auto-organização dos mais variados grupos da sociedade (Baccaro, 2001).

Korten (1987) definiu três gerações de ONG com base em três estratégias de atuação distintas: correspondente à primeira geração de ONG (décadas de 1950/60), existem as que adotaram uma estratégia de *“relief and welfare”* onde o principal objetivo é de assistência e distribuição de serviços às populações mais desfavorecidas, com a finalidade de atingirem um determinado nível de bem-estar. Estão aqui incluídas ações de distribuição de bens alimentares, a construção de abrigos ou a mobilização de equipas de saúde. Contudo, Korten defendia que este tipo de práticas faria sentido em situações de emergência tais como, catástrofes naturais, guerras ou auxílio a refugiados e que, como estratégia de desenvolvimento, o seu contributo era quase nulo no que respeita à capacitação dos mais pobres. A segunda geração surgiu durante a década de 70, cuja estratégia de atuação era conhecida como *“local self-reliance”* e que consistia no desenvolvimento de comunidades locais e de pequena escala, projetado para grupos específicos e autossustentados. Estão aqui inseridas as atividades de desenvolvimento comunitário tais como, projetos de saúde preventiva, a melhoria das infraestruturas locais e das práticas agrícolas. Além da finalidade do desenvolvimento ser o fortalecimento dos recursos financeiros e materiais, é igualmente importante o desenvolvimento da vontade humana e institucional na medida em que, a capacidade de disponibilização de recursos para o usufruto de uma comunidade deve ser feita de uma forma equitativa e produtivamente sustentável. Para que isto se concretize, deverão existir condições e oportunidades que possibilitem o incentivo

das comunidades na mobilização e administração dos seus próprios recursos e serviços. A terceira estratégia das ONG é conhecida como “*sustainable systems development*” e, de acordo com o autor, é considerada a principal prática catalisadora de sinergias, onde as ONG concentram uma crescente atenção no desenvolvimento sustentável, focando-se na sustentabilidade dos seus projetos, na amplitude do impacto e na recuperação dos custos.

Numa perspetiva económica, as ONG são vistas como agentes de mercado estabelecidos, capazes de prestar serviços de assistência social às populações mais pobres a um custo mais baixo e com padrões de qualidade mais altos do que o governo ou interesses comerciais (Fowler, 1988; Meyer, 1992; Edwards & Hulme, 1995), baseando-se em sistemas de fornecimento padronizado e em estruturas internas capazes de absorver e de gerir um grande número de fundos externos (M. Edwards & Hulme, 1992; Wils et al., 1992). Segundo Baghaei et al. (2013), as ONG constituem um pilar central do Desenvolvimento Sustentável, juntamente com o governo e o setor privado sendo essencial que estas três instituições trabalhem em conjunto. Sem a cooperação ativa das três instituições, muitas funções de apoio social tais como a ajuda a vítimas de desastres naturais e guerras, o apoio nos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a tentativa de implementação de metas de Desenvolvimento Sustentável, não poderiam ser alcançadas.

Segundo a UNTFSS (2014b), a implementação de parcerias público-privadas ou público-cívicas, que envolvem as instituições do Estado em parceria com organizações da Economia Social, têm desempenhado um papel fundamental nas mudanças transformacionais em países e territórios a nível mundial. De acordo com o 17º ODS, é importante incentivar as parcerias multissetoriais, nomeadamente a promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil, que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.⁶ De acordo com o ILO (2002), “*uma sociedade equilibrada requer a existência de setores públicos e privados fortes, bem como de um setor cooperativo, mútuo e de outros setores sociais e não governamentais fortes*” (p.33). Segundo Moreira (2018), sugere-se o estabelecimento de parcerias entre o Estado e as instituições da Economia Social, principalmente quando se refere a zonas mais desfavorecidas, onde se torna ainda mais óbvia a necessidade de envolver as instituições estatais na procura de melhores condições de vida, uma vez que só o Estado detém os meios para as apoiar de uma forma generalizada. Os variados acordos promovidos com movimentos sociais pela democracia e pela inclusão social e económica, desempenham muitas vezes um papel significativo no fortalecimento das capacidades das organizações da Economia Social, de modo a criar sinergias com as políticas nacionais (UNRISD, 2018). Adicionalmente, à medida que a Economia Social se expande, tende a interagir de forma mais

⁶ ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos: <https://www.ods.pt/objectivos/17-parcerias-para-o-desenvolvimento/?portfolioCats=24>

recorrente com o Estado, com o setor privado e com as forças de mercado, sendo as parcerias público-privadas consideradas como um novo modo de governação entre a Economia Social e o governo local, no que respeita à prestação de serviços sociais.

O sucesso das políticas de desenvolvimento local dependem dos níveis de cooperação entre os diversos atores que intervêm no processo de desenvolvimento, e são estas parcerias com os governos locais e centrais que podem ajudar a aumentar a legitimidade do governo local em contextos de conflito civil ou de falta de confiança nas instituições estatais, podendo também fornecer à Economia Social uma oportunidade de aumentar as suas capacidades e conhecimentos necessários no que se refere à política e à construção das mesmas. Nas iniciativas de desenvolvimento local estão envolvidos diferentes elementos e práticas ideológicas, bem como uma variedade de atores, tais como: administração pública local, autoridades locais e agências governamentais nacionais, empregadores, sindicatos, organizações comunitárias e voluntárias, agências de desenvolvimento, universidades e várias organizações da Economia Social. Devido às relações que a Economia Social mantém com o mais variado leque de atores em múltiplos domínios, sociais, económicos e ambientais, haverá uma dinamização na criação de formas de coordenação e colaboração (UNRISD, 2018), o que é um pré-requisito para uma abordagem integrada e equilibrada, detendo assim uma vantagem comparativa e minimizando os *trade-offs* entre as variadas dimensões e abordagens do Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento local beneficia ao integrar os diversos sectores da economia e da sociedade na ação coletiva, garantindo um equilíbrio plural, livre e igualitário na satisfação das necessidades da população, sendo evidenciado o papel da Economia Social como motor desse equilíbrio. De acordo com Coraggio (2015), a Economia Social está posicionada numa ampla economia mista, grande parte devido à ligação e interação com instituições dos setores público, devido às intensificações das relações de mercado, e com o setor privado (Utting, 2018).

Contudo, é importante salientar que para alguns autores a independência do governo e de interesses externos é um atributo extremamente importante, na medida em que, o dinamismo e a inovação associados à Economia Social derivam em grande parte dessa independência em relação ao Estado e às forças de mercado. Com o intuito de salvaguardar autonomia da Economia Social em relação ao Estado, é necessário um ambiente político favorável, respeitando-se assim os direitos como a liberdade de associação e informação, bem como os canais e fóruns para a participação efetiva dos atores da Economia Social na formulação e implementação de políticas (Mendell & Alain, 2013). Segundo Healey & Robinson (1992), as ONG deveriam agir como contrapeso ao poder estatal, abrindo canais de comunicação e de participação para grupos marginalizados, disponibilizando um espaço para a capacitação de ativistas e promovendo o pluralismo. É importante salientar o papel que as organizações da Economia Social detêm na implementação de medidas de inclusão social,

nomeadamente na criação de medidas de integração e melhoria das condições de trabalho de mulheres e na criação de medidas para grupos mais vulneráveis, tais como, as pessoas com deficiência.

De acordo com Young & Dhanda (2012), as ONG detêm quatro funções essenciais: o desenvolvimento social, o desenvolvimento comunitário sustentável, o desenvolvimento sustentável e o consumo sustentável. Relativamente ao desenvolvimento social, as ONG desempenham um papel bastante importante no desenvolvimento humano, dado que um dos seus pontos fortes é a sua capacidade de manter uma interdependência institucional e a neutralidade política. No que respeita ao desenvolvimento comunitário sustentável, as ONG desempenham um papel importante no alcance das comunidades mais pobres e remotas e na sua conseqüente mobilização com o objetivo de melhorar o seu status e os seus padrões de vida, fortalecendo-as e tornando-as autónomas, sendo estas comunidades o público-alvo maioritário das iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Young & Dhanda (2012) definem as 5 dimensões do desenvolvimento comunitário sustentável: 1. O aumento da diversidade económica local; 2. Autossuficiência: desenvolvendo mercados locais, produção local, transformação local e maior cooperação entre as entidades económicas locais; 3. Redução do uso da energia combinado com a reciclagem e gestão de resíduos; 4. Proteção e valorização da diversidade biológica e uma gestão de recursos naturais; 5. Compromisso por parte das comunidades sustentáveis para com a justiça social (Bridger & Luloff, 1999).

Relativamente à terceira função das ONG na promoção do Desenvolvimento Sustentável estas têm desempenhado um papel bastante significativo na medida em que, para além do seu foco primordial serem os governos, estas focam-se também na monitorização das grandes empresas e multinacionais, cujos impactos sociais e ambientais das suas atividades têm provocado danos nefastos, com a finalidade de as responsabilizar pelas ações tomadas. A quarta e última função das ONG é a promoção de um consumo sustentável através de parcerias com empresas e indústrias, no aumento da conscientização pública com a finalidade de alterar as políticas de negócios, classificando os produtos e serviços com base no seu desempenho e impactos ambientais, dando ao consumidor a opção de escolha na compra mais consciente, desenvolvendo produtos alternativos - os chamados produtos verdes - que minimizem os impactos ambientais do consumo. Por último, criando parcerias com outras ONG e empresas para que, em conjunto, encontrem as soluções mais sustentáveis para possíveis problemas existentes.

A grande maioria das populações que vivem em zonas rurais raramente possuem recursos e capacidades para lutar contra a pobreza e de conseguir um emprego digno e estável. Ali & Ali (2016) mencionaram que, os países que vivem num constante *trade-off* entre a crescente procura por serviços públicos e, por outro lado num esgotamento dos recursos financeiros, não tinham outra opção senão aceitar o novo papel atribuído ao setor das ONG, tendência essa que foi acelerada pelo facto das ONG serem consideradas de substituto do Estado no que toca à prestação de serviços (Turner & Hulme,

1997). Outro fator que incentivou a promoção das ONG na prestação de serviços foi o facto de serem consideradas instrumentos de democratização como consequência da Nova Agenda de Políticas (Edwards & Hulme, 1995), cuja combinação de elementos do liberalismo económico e da teoria política ocidental fez com que houvesse uma redefinição dos papéis e das relações entre Estados, Mercados e Instituições do “Terceiro Setor” (Robinson, 1993; Whitehead, 1993). Os principais fatores que permitem às ONG encontrarem o equilíbrio certo entre a gestão do crescimento, da função e do financiamento são: um forte senso de missão e uma forte ligação aos valores e princípios; uma aprendizagem efetiva e pesquisa-ação, fortalecimento institucional a nível local e altos níveis de participação, mecanismos de gestão e de planeamento eficazes, uma equipa comprometida e qualificada e um ambiente externo favorável (Riddell & Robinson, 1992; Wils et al., 1992). Com estas qualidades, as ONG conseguem analisar escolhas estratégicas e identificar os *trade-offs* inaceitáveis.

Contudo, isto requer estruturas organizacionais e culturais descentralizadas, que sejam orientadas para as tarefas e focadas na resolução de problemas. De acordo com Desai, (2005), o papel das ONG inclui aconselhamento e serviço de apoio, aumento da conscientização e advocacia, assistência jurídica e microfinanças. O objetivo do Desenvolvimento Sustentável é encontrar um equilíbrio entre os três pilares – social, económico e ambiental – dentro das comunidades (Sneddon, 2000), e a Economia Social poderá auxiliar na abordagem de estratégias relacionadas com os determinantes estruturais de desigualdade e exclusão social e do desenvolvimento insustentável. Estas três dimensões foram originalmente introduzidas com o objetivo de identificar áreas nas quais as metas sociais, económicas e ambientais estão inter-relacionadas (Holmberg & Sandbrook, 1992).

De acordo com Nikkiah & Redzuan (2010), os autores verificam a importância das ONG no que respeita ao alcance de um Desenvolvimento Comunitário Sustentável.

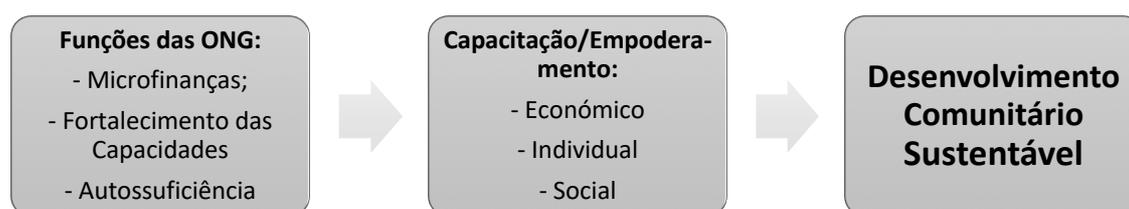


Figura 4.2 - Estrutura teórica das funções das ONG na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável

Fonte: Nikkiah & Redzuan (2010) (Adaptado – Elaboração própria)

Primeiramente, as ONG conseguem equilibrar os fatores sociais, económicos e ambientais na promoção de um desenvolvimento sustentável e, em segundo lugar, a descentralização do governo central auxilia as comunidades locais a adquirirem poder e autonomia nas suas próprias tomadas de decisão. Sendo que, por vezes as comunidades carecem de recursos e de especialistas que realizem o

trabalho profissional, as ONG auxiliam as pessoas locais na elaboração de planos de desenvolvimento sustentável que funcionem sobre a alçada de uma política do governo central. Por último, os autores concluíram que, o Desenvolvimento Comunitário Sustentável é orientado por processos, o que requer uma ampla participação da comunidade e depende da rede no que toca à partilha de recursos, conhecimento e experiência. O envolvimento nessas atividades iria gerar um fortalecimento a nível económico, individual e social, que é o resultado do desenvolvimento da comunidade, e a longo prazo, o resultado seria o desenvolvimento sustentável da comunidade. De acordo com a figura 4.2 podemos verificar que as ONG promovem o Desenvolvimento Comunitário Sustentável através de três funções principais: das microfinanças, do fortalecimento das capacidades e da autossuficiência, que permitem que os membros de uma comunidade adquiram capacidades-chave com o objetivo de atingir o desenvolvimento comunitário sustentável. Ao longo do tempo, tem sido reafirmado em vários debates realizados por várias agências internacionais da ONU, a necessidade e a importância da concretização dos ODS ser feita a nível local, com a participação das populações (INAISE, 2017). Os projetos interventivos prioritários de desenvolvimento económico que são localmente desenvolvidos, respondem melhor às necessidades locais, necessidades estas que estão em constante mudança, utilizando da melhor maneira as vantagens comparativas locais (Canzanelli, 2001; Tijmstra & Rodriguez-Pose, 2005). O desenvolvimento económico local e a Economia Social são vistos como ferramentas complementares, sendo que a Agenda 2030 realça a importância da implementação de medidas a nível local, no qual as organizações da Economia Social poderão se tornar *key players* no estabelecimento de metas de desenvolvimento locais (UNRISD, 2018) e na implementação de medidas sustentáveis nas comunidades, para onde as suas iniciativas estão redirecionadas e enraizadas.

Schreiner et al. (2003), definiram as microfinanças como sendo os esforços com o objetivo de melhorar o acesso a empréstimos e a serviços de poupança por parte da população mais pobre, sendo uma estratégia de desenvolvimento essencial para promover a erradicação da pobreza (Rekha, 1995; Cerven & Ghazanfar, 1999; Pankhurst & Johnston, 1999) e para o fortalecimento económico, como consequência da privação de acesso a bens e serviços essenciais. A inclusão financeira aumenta a capacidade dos indivíduos, famílias e pequenas empresas, de administrarem os seus próprios recursos financeiros. Para se atingir a sustentabilidade económica, através das microfinanças as ONG ajudam as comunidades na redução da pobreza, na criação de empregos e na criação de rendimentos, e para isso, existem três abordagens diferentes: a sustentabilidade financeira, a emancipação feminina e o alívio à pobreza. De acordo com Mayoux (2020), estas três abordagens têm objetivos e perspetivas diferentes de como incorporar o género nos programas e políticas de microfinanças. Contudo, o bem-estar como consequência das microfinanças não abrange apenas indicadores económicos, são também importantes os indicadores relacionados com a educação da comunidade, com o ambiente em comunidade, com o lazer e com a acessibilidade aos serviços sociais. O desenvolvimento económico

local e a Economia Social são vistas como ferramentas complementares, através do fornecimento de bens e serviços e atendendo às necessidades não satisfeitas, transformando a estrutura da economia e do mercado de trabalho num local mais abrangente, proporcionando assim uma nova visão de desenvolvimento local.

A capacitação e o fortalecimento de uma comunidade, é a capacidade dos indivíduos obterem um controlo social, político, económico e psicológico, através do acesso à informação, ao conhecimento e às competências, da tomada de decisão, da autoeficácia individual, da participação da comunidade e de um controlo visível (Rappaport, 1987; Zimmerman & Rappaport, 1988). O PNUD introduziu o fortalecimento das capacidades como sendo o processo pelo qual indivíduos, grupos e organizações aumentam as suas habilidades com o objetivo de desempenhar funções essenciais, resolver problemas, definir e alcançar objetivos e, entender e lidar com as suas necessidades de desenvolvimento num contexto amplo e de maneira sustentável. Frankish (2003) enumerou várias dimensões referentes ao fortalecimento das capacidades dentro de uma comunidade, tais como, a capacidade financeira (recursos, oportunidades e conhecimento), os recursos humanos (habilidades, motivações, confiança e capacidade relacional) e os recursos sociais (redes/*network*, estruturas de participação e confiança partilhada). O fortalecimento das capacidades, é assim considerada por Nikkhah & Redzuan (2010) como sendo a segunda estratégia que poderá ser implementada pelas ONG com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dentro de uma comunidade, com a finalidade de estas se tornarem resilientes e independentes, assumindo o controlo das suas próprias vidas, alcançando o bem-estar e promovendo o acesso a oportunidades e a justiça social. Esta abordagem é constituída por um conjunto de atividades pré-determinadas que, através do apoio organizacional e do fornecimento de educação, *skills* e *know-how*, amplificam a capacidade de uma comunidade alcançar o Desenvolvimento Sustentável (Langran, 2002), auxiliando a comunidade no desenvolvimento dos seus próprios recursos, através da sensibilização, motivando-os a participar nos projetos, com a finalidade de alcançar uma melhoria da qualidade de vida das comunidades. As organizações da Economia Social fornecem serviços sociais através do estabelecimento e fortalecimento de redes de proximidade, com o objetivo de reforçar a solidariedade dentro de uma comunidade e de promover o apoio mútuo entre os residentes (Evers et al., 2014; Oosterlynck et al., 2015). As ONG são elogiadas por promover a autonomia e o fortalecimento das capacidades das comunidades, apoiando grupos comunitários e contando com processos participativos (Korten, 1990; Friedmann, 1992; Fowler, 1993; Salamon, 1994; Edwards & Hulme, 1995; Clark, 1999). Segundo Nikkhah & Redzuan (2010), o objetivo das ONG a longo prazo, é promover o Desenvolvimento Sustentável da comunidade através de atividades que promovam o fortalecimento das capacidades e a autossuficiência, sendo que, a capacitação foi identificada como sendo uma das políticas e

estratégias principais com o objetivo de aumentar o potencial em direção ao desenvolvimento sustentável.

A terceira função mencionada no estudo por Nikkhah & Redzuan (2010) refere-se à autossuficiência, para se atingir o Desenvolvimento Comunitário Sustentável. A autossuficiência encoraja a necessidade das pessoas usarem as iniciativas locais, as suas habilidades e os seus próprios recursos como uma alavanca no alcance e melhoria nas condições de vida, tornando-se assim independentes de fundos obtidos externamente à comunidade. Um dos objetivos mais importantes das ONG é a motivação e a mobilização das populações para a participação ativa nas atividades de desenvolvimento com a finalidade de torná-las autossuficientes. Embora para alguns autores a dependência do estado possa ser algo positivo e desejável a curto prazo, Nikkhah & Redzuan (2010), defendem que não o deverá ser a longo prazo, pois o objetivo do desenvolvimento de uma comunidade deve ser, em último lugar, a autossuficiência.

Para a alcançar, os trabalhadores de uma dada comunidade e os grupos comunitários devem descobrir o seu próprio potencial tentando encontrar, de uma forma inovadora, variadas formas de desenvolver esse mesmo potencial, usando-o como fonte de riqueza para o desenvolvimento de uma comunidade (Ife & Tesoriero, 2006).

4.4 PLANO DE ANIMAÇÃO

O plano de animação foi elaborado como sugestão de utilização em contexto de sala de aula. Sendo apoiado pela revisão de literatura, o estudo de caso pedagógico foi construído com a finalidade de providenciar uma larga escala de aplicações, tanto para os alunos que o analisam e estudam como para os docentes que os apresentam, incentivando assim, a partilha de ideias, de conhecimento e o debate em sala de aula. Os estudos de caso pedagógicos podem ser utilizados tanto para a realização de trabalhos individuais, como para trabalhos de grupo, e ainda poderão se servir de material de apoio e suporte a aulas teórico-práticas.

Se considerarmos que este estudo de caso pedagógico será utilizado para a realização de um trabalho de grupo, é sugerido um plano pré-aula, no qual os alunos estudem e leiam o caso individualmente antes da aula, façam alguma investigação e retenham alguma noção dos conceitos teóricos básicos que irão ser discutidos, com o objetivo de este ser discutido e trabalhado posteriormente em grupo, e em plano de aula. É sugerido a criação de pequenos grupos de trabalho com cerca de três a quatro pessoas, sendo que a formação dos grupos facilita a participação e a discussão entre todos os indivíduos do grupo. O objetivo será a interligação dos conceitos teóricos com o conjunto de informações descritas ao longo do caso e outras que foram previamente pesquisadas e recolhidas pelo aluno, de forma a que consigam responder e chegar à resolução das questões do estudo de caso pedagógico.

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

Plano Pré-Aula – É necessária a preparação individual do aluno:

Fase	Duração	Tarefas
1	Duração necessária para que o aluno consiga compreender os conceitos estudados	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura individual do caso; - Consulta do <i>website</i> da AKF e da AKDN (nomeadamente os documentos legais e os Relatórios e Contas); - Pesquisa de outras fontes de informação relevantes sobre os ODS e a ES e, sobre a AKF (nomeadamente as redes sociais); - Revisão dos conceitos teóricos enunciados no caso; - Reunir previamente informação e definir pontos-chave das questões do caso para posterior discussão em grupo na sala de aula.

Plano de Aula – Análise e resolução do caso realizada em grupo. É sugerido que a análise do caso e as respostas às questões seja feita ao longo de três aulas práticas (com duração de 80 minutos cada).

Propõe-se o seguinte plano para cada uma dessas aulas:

Primeira Aula:

Fase	Duração	Tarefas
1	20 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Organização dos grupos de trabalho; - Discussão e partilha de ideias sobre o caso e sobre a Fundação dentro e cada grupo;
2	30 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Resolução em grupo da primeira questão; - Identificar e caracterizar o conceito de Economia Social e de Fundações; - Identificar e relacionar as áreas de atuação da AKF relacionando-as com os ODS; - Identificar e caracterizar as três dimensões do conceito de <i>TBL</i> de Elkington (1994) e relacioná-las com os ODS e com as áreas de intervenção da AKF;
3	30 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da resposta dada à questão 1 por cada grupo; - Discussão entre os grupos acerca das respostas apresentadas;

Segunda Aula:

Fase	Duração	Tarefas
1	5 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Organização dos grupos de trabalho; - Breve revisão dos alunos com o/a docente do caso e questão iniciada na aula anterior;
2	10 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Breve discussão e troca de ideias sobre as questões da segunda aula;
3	40 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Resolução em grupo das questões 2 e 3; - Identificar e caracterizar o conceito de Sustentabilidade, DS e DCS. - Caracterizar as funções das ONG segundo Young & Dhanda (2012) e identificar as 5 dimensões do DCS de Young & Dhanda (2012), relacionando-as com os objetivos da AKF e com os ODS; - Identificar as funções das ONG à luz da estrutura de Nikkhah & Redzuan (2010); - Identificar o papel da AKF na promoção do DCS;
4	25 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da resposta dada à questão 2 e 3 por cada grupo; - Discussão entre os grupos acerca das respostas apresentadas;

Terceira Aula:

Fase	Duração	Tarefas
1	10 minutos	- Organização dos grupos de trabalho; - Breve revisão dos alunos com o/a docente do caso e questões iniciadas na aula anterior;
2	10 minutos	- Breve discussão e troca de ideias sobre as questões da terceira aula;
3	30 minutos	- Resolução em grupo da questão 4; - Identificar as dimensões “Parcerias e Prosperidade” à luz da Sustentabilidade na implementação dos projetos da AKF; - Identificar a importância do papel das parcerias para o DS e para a mudança das sociedades no alcance da prosperidade;
4	30 minutos	- Apresentação das respostas dadas à questão 4 por cada grupo; - Discussão entre os grupos acerca das respostas apresentadas; - Partilha de opiniões sobre o caso em geral com o/a docente e entrega das questões finais;

4.5 QUESTÕES E RESOLUÇÃO DO CASO PEDAGÓGICO

A proposta abaixo mencionada para a resolução das questões é indicativa, e serve como elemento de apoio pedagógico para a resolução das mesmas. No entanto, poderá haver outras abordagens às questões e que poderão acrescentar valor, sendo que estas poderão sofrer alterações ou evoluir ao longo do tempo conforme a evolução dos conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável, dependente da aplicação dos ODS e da Agenda 2030 por parte da AKF.

Questão 1: De acordo com a figura 2.4, explique quais são os ODS dominantes na estrutura da AKF, nomeadamente nas suas áreas de atuação, tendo em consideração o *Tripple Bottom Line* de Elkington (1994).

De acordo com o Relatório de Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável foi definido como sendo “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (UN, 1987). O conceito de Sustentabilidade é considerado como sendo um conceito integrativo e pluridimensional tendo em consideração três dimensões que estão diretamente correlacionadas e dependentes entre si: a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ambiental, ou *People, Planet & Profit*, a que Elkington (1994, 1998), denominou de “*Tripple Bottom Line*” ou Tripé da Sustentabilidade. O autor defendeu que, orientada pela Sustentabilidade, o *TBL* fornece uma estrutura com o objetivo de mensurar o sucesso de uma organização e seu respetivo desempenho, visando assim o Desempenho Sustentável (DS) através destas três componentes. O *TBL* está integrado na definição de DS adotado pela ONU, estando também diretamente correlacionado com os ODS na medida em que promove o desenvolvimento económico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. De acordo com a ONU (1997), “O desenvolvimento é uma das principais prioridades das ONU. O desenvolvimento

económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental são interdependentes e reforçam mutuamente as componentes do desenvolvimento sustentável”. Com o objetivo de atingirmos o DS, deverá ser encontrado um ponto de equilíbrio entre estes três pilares dentro das comunidades, sendo que, a Economia Social (ES) poderá auxiliar na abordagem de estratégias relacionadas com os determinantes estruturais de desigualdade, exclusão social e do desenvolvimento insustentável. A Fundação Aga Khan (AKF) - presente em Portugal desde 1983 - é uma organização internacional centrada na promoção da coesão social em comunidades diversas e com percursos de migração, através da investigação-ação em áreas como o desenvolvimento da infância, educação, sociedade civil, seniores e inclusão económica, no âmbito de dois principais programas: o Programa de Desenvolvimento e Educação da Infância (ECD) e o Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (K’CIDADE), abordando os desafios do desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida da pessoa, desde a gravidez e da primeira infância, até à participação dos seniores na comunidade e dos seus cuidadores (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF). A AKF como instituição, tendo a sua estratégia e visão definidas, é uma das agências da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN), na qual reúne um conjunto de organizações lucrativas e não lucrativas, que trabalham para a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações mais vulneráveis, independentemente da sua origem, género ou religião. Tendo isso em consideração, a AKF tenta olhar para os desafios sociais que poderão afetar de forma drástica e na sua generalidade, a médio/longo prazo, determinada comunidade, população ou região, podendo provocar disrupções muito graves e nas quais a sociedade não estaria preparada para enfrentar. Entre os vários desafios que a AKF tem constatado, são identificados alguns de forma mais genérica: a Globalização, pois as pessoas estariam mais próximas umas das outras e essa mobilidade levar-nos-ia a ter uma sociedade muito mais diversa do que tínhamos há três décadas atrás; e as questões Demográficas: a demografia está a alterar-se gravemente, considerando o lado positivo, iríamos ter um período de vida mais longo e uma esperança de vida média maior, contudo, isso não iria refletir necessariamente numa melhor qualidade de vida nas idades mais avançadas. Assim sendo, o envelhecimento poderia trazer desafios para a sociedade na sua generalidade (Entrevista 3: CEO da AKF). Relativamente aos ODS, estes são considerados como um compromisso assumido pelos países e pelas instituições e no qual, a AKF como instituição, também se revê neles. Assim, dentro daquilo que é a sua visão e o trabalho que estão a desenvolver a médio/longo prazo (mínimo 25 anos), a AKF tenta incorporar aquilo que são as definições dos ODS e onde é que estes cruzam, conseguindo medir quais são os seus próprios objetivos e analisar de que forma estarão a contribuir para os ODS, não tendo uma medição específica para apenas determinado objetivo. Dentro daquilo que têm programado, tentam perceber como é que a própria Fundação poderá estar a contribuir para os ODS e participar para o DS (Entrevista 3: CEO da AKF). As áreas da autonomização financeira das comunidades e indivíduos, da capacitação, as questões do combate à

pobreza, da educação e da infância, são áreas onde a AKF tem uma trajetória e tem vindo a desenvolver um grande trabalho ao longo dos anos, tornando-se mais expressiva e evidente a sua intervenção nestas áreas. Se analisarmos as áreas de atuação da AKF, iremos encontrar uma série de dimensões onde manifestamente, a sua missão e visão é totalmente convergente com aquilo que são os ODS, sendo que, a AKF já contribuía para os ODS antes dos ODS estarem na agenda política dos países. A dimensão social e económica são dimensões onde a Fundação tem mais *know-how* e experiência e onde tem promovido mais inovação, sendo que em Portugal, os problemas mais relevantes se concentram nestas áreas. Contudo, apesar da AKF estar muito presente nas áreas das mudanças económicas e sociais, atualmente tem estado a desenvolver projetos nas áreas da transição climática, através do incentivo e desafio por parte dos seus parceiros, pois estes sentem uma confiança no seu trabalho e nos projetos previamente desenvolvidos (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). Apesar de não terem uma atividade específica, a partir do ano de 2021 foi iniciado mais explicitamente um comprometimento com a área ambiental, passando a ser um tema central de atuação na agenda da AKF. A título de exemplo, o Centro Infantil dos Olivais, embora não seja um edifício da Fundação, é um edifício do Estado que esta alocado à Fundação, e onde em todas as intervenções realizadas desde 2012, a AKF têm sempre a preocupação de perceber quais são as responsabilidades ambientais dos seus parceiros e construtores, tentando medir qual será a pegada ambiental do projeto. Adicionalmente, desde 2014, internamente e a nível global, a Fundação terá que reportar qual é a sua pegada ambiental como instituição dentro da unidade. No ano de 2021, foi também iniciado um projeto piloto no Bairro da Tabaqueira (Sintra) com um período de duração de três anos, considerado como um “laboratório vivo de descarbonização”. Liderado pela AKF em conjunto com a Câmara Municipal de Sintra, reúne nove parceiros e a comunidade. O SMILE (*Sintra Motion & Innovation for Low Emissions*) tem em consideração as mais variadas situações, desde a área da elétrica, à área da mobilidade, à área do *waisting*/desperdício, à área da economia circular, sendo um projeto que se foca no desenvolvimento de soluções inteligentes e que promovem a transição para uma sociedade com baixas emissões de carbono, e onde se gera e utiliza fontes renováveis de energia elétrica nos edifícios, acolhendo uma mobilidade urbana sustentável. Para a AKF, é essencial que a comunidade se aproprie daquilo que será feito neste projeto e que sinta que há vantagens na melhoria da sua qualidade de vida (Entrevista 3: CEO da AKF). Também atualmente na área da saúde, a AKF está a trabalhar na divulgação de mensagens-chave junto das comunidades vulneráveis, sendo esta, parte das suas respostas no sentido de desacelerar e interromper a transmissão da COVID-19 e minimizar o seu impacto nas comunidades em Portugal. Este projeto tem como objetivo identificar as lacunas nas mensagens relacionadas com a COVID-19 e, conseqüentemente, trabalhar com o governo, com os serviços públicos de saúde de Lisboa Central, nomeadamente o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) e as comunidades de migrantes, com a finalidade de adaptar esses materiais e garantindo que

os migrantes consigam contribuir, participar e beneficiar do sistema de saúde. De acordo com o esquema presente na figura 2.4, podemos verificar que existem cinco principais áreas de atuação da AKF Portugal e constatar de que forma é que os ODS se relacionam com as suas áreas de atuação, sendo que isto irá requerer uma ação colaborativa e compromissos a longo prazo, que se irão articular com a Agenda 2030 e os ODS. O Programa de Desenvolvimento da Infância está relacionado com os ODS: 1, 2, 3, 4, 5 e 17; a Educação está relacionada com os ODS: 4, 8, 10 e 17; a Sociedade Civil está relacionada com os ODS: 5, 10, 11, 16 e 17; os Seniores estão relacionados com os ODS: 3, 10 e 17; e, por último, a Inclusão Económica está relacionada com os ODS: 1, 5, 8, e 17. Assim sendo, podemos verificar que todas as áreas de atuação da AKF se relacionam diretamente com os ODS e, consequentemente, com as três dimensões do *TBL* de Elkington. O objetivo primordial é contribuir para o alcance e desenvolvimento de uma sociedade pluralista, mais forte e coesa, através do ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação, resultante da conexão das áreas de atuação acima referidas. Numa ótica de ajuda ao desenvolvimento, de equilíbrio macrorregional e de combate à pobreza em termos globais, a agenda dos ODS é uma agenda assumida, nas quais as mudanças existentes são evidentes. A Agenda 2030 começou a ser apropriada, tornando-se num quadro de referência na UE para o período 2021-2027 e nos projetos que têm vindo a surgir, nomeadamente nas redes de municípios. Atualmente, foi criada uma rede específica dos ODS, no qual os municípios têm vindo a aderir e a estabelecer indicadores com o objetivo de medir o seu progresso nesse setor. Isto será importante para a AKF na medida em que, sendo a AKF um parceiro e trabalhando em conjunto com as autarquias, esta irá passar a ter mais atenção à medição do desempenho dos ODS, na medida em que os seus parceiros valorizam estas metas e objetivos. Ainda de acordo com o Relatório e Contas de 2020 da AKF Portugal, 71,694 pessoas foram abrangidas pelos seus programas, sendo 17% do sexo masculino, 30% do sexo feminino e 53% desconhecido, com um total de *staff* de 106 pessoas. O valor total do orçamento para os programas de 2020 foi de 4.13 milhões de euros, o que corresponde a um total de 2,5% do orçamento global da AKF em tudo o mundo. A região que mais beneficiou dos programas foi a região de Lisboa (53%), seguindo-se de outras regiões ao nível Nacional (45%), e, por último o Porto (2%). Relacionado com os temas dos programas e com as áreas de atuação em 2020, a Sociedade Civil foi a que mais ênfase teve com cerca de 42%, seguindo-se a Educação e o Desenvolvimento da Infância (37%), a Inclusão Económica (15%) e, por fim, a Educação com cerca de 6%.

Questão 2: De acordo com Young & Dhanda (2012), as ONG detêm quatro principais funções. Identifique-as e clarifique quais das 5 dimensões do desenvolvimento comunitário sustentável se relacionam com os objetivos da AKF relativamente aos ODS e com a sua abordagem ao desenvolvimento.

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

De acordo com Young & Dhanda (2012), as ONG detêm quatro funções essenciais: o desenvolvimento social, o desenvolvimento comunitário sustentável, o desenvolvimento sustentável e o consumo sustentável. No que respeita ao desenvolvimento comunitário sustentável, as ONG desempenham um papel importante no alcance das comunidades mais pobres e remotas e na sua consequente mobilização, com o objetivo de melhorar o seu status e os seus padrões de vida, fortalecendo-as e tornando-as autónomas, sendo estas comunidades o público-alvo maioritário das iniciativas de desenvolvimento sustentável. Das cinco dimensões do desenvolvimento comunitário sustentável de Young & Dhanda (2012), todas elas se relacionam com os objetivos da AKF e com os ODS. Inicialmente, os principais objetivos seriam: o aumento da diversidade económica local; a autossuficiência, desenvolvendo mercados locais, produção local, transformação local e maior cooperação entre as entidades económicas locais; e o compromisso por parte das comunidades sustentáveis para com a justiça social (Bridger & Luloff, 1999). Porém, com o novo projeto “SMILE (*Sintra Motion & Innovation for Low Emissions*)”, estão também englobadas as áreas da redução do uso da energia combinado com a reciclagem e gestão de resíduos e a proteção e valorização da diversidade biológica e uma gestão de recursos naturais, abrangendo assim a maioria dos ODS. Contudo, quando se atua num território, há dois riscos que deverão ser evitados: o risco de permanecer num determinado território e transformar uma resposta que deveria ser para autonomização, e onde deveria ser a própria comunidade, a posteriormente fornecer a sua provisão, transformá-la numa resposta assistencialista e num serviço público prestado por uma entidade privada sem fins lucrativos, sendo este perpetuado no tempo e permanecendo no território; ou contrariamente, o risco de ter uma intervenção efémera, onde se atua num território apressadamente, não gerando resultados, e no qual, a população local não reconhece a sua ativação no território. Dentro destes dois limites, a AKF atua num território com um sentido de missão, com um propósito final e tem uma preocupação no sentido de gerar uma mudança e uma transformação, o que só acontece se forem criadas condições para que as comunidades sejam autónomas na resposta às suas necessidades. Assim sendo, o papel que a AKF irá ter, é o papel adequado a cada momento e a cada território de forma a garantir essa determinada transformação, o que significa que a própria forma como a Fundação entra e atua durante determinado período de tempo em que está no território, não só tem intensidades diferentes, como também é distinta conforme o território ou a comunidade, o que irá alterar o *mindset* dado à abordagem. Se o objetivo da AKF é a autonomização, isso significa que, enquanto a Fundação estiver no terreno irá agir e atuar com a própria comunidade, e não fazer pela própria comunidade. Existe também outra dimensão igualmente importante na relação com o território, onde por vezes existe um distanciamento muito grande entre os atores, pelas mais variadas razões. Neste sentido, a AKF estabelece um importante papel de articulador (*advocacy*) e de construtor de redes, tendo uma dimensão muito grande em capacitar pessoas, organizações, comunidades, de

estabelecer redes, e é desta conjugação de intervenções que se cria prosperidade, autonomização e sustentabilidade. Há uma grande dimensão da sustentabilidade que é institucional, mas também comunitária e das redes que se estabelecem, fazendo com que o ecossistema comunitário onde determinado indivíduo pertence e está inserido, funcione e seja resiliente. Tendo em conta que vivemos atualmente num contexto de sucessivas crises sistémicas com diferentes características, e considerando que a AKF trabalha junto de comunidades mais vulneráveis, que são os mais facilmente afetados em contextos de crise, mesmo trabalhando a autonomização, é necessária a criação de uma estrutura social de redes de atores onde, nestes momentos de crise, haja a capacidade para evitar o retrocesso desta autonomização dos indivíduos e das comunidades, permitindo que esta autonomização possa permanecer. O trabalho da AKF tem assim uma múltipla dimensão de atuação, sendo multidimensional na forma como atua no território, nos atores, nas redes, e em termos temporais (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). A AKF acredita assim que, o desenvolvimento apenas é possível quando a comunidade está empenhada ao nível local e quando são disponibilizados meios com o objetivo das comunidades assumirem responsabilidade sobre o seu próprio futuro. Adicionalmente, a AKF tem como um dos seus valores transversais à sua intervenção o Pluralismo e, através dele, a participação das comunidades no desenho e na implementação das intervenções são a chave para que as comunidades locais sejam as próprias protagonistas da mudança sustentável que pretendam alcançar (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF). A abordagem de desenvolvimento por parte da AKF passa pela implementação de projetos e medidas a nível comunitário, nas quais as organizações locais identificam, priorizam e implementam os projetos com a assistência da AKF. Essas atividades são geridas de modo eficiente com o objetivo de testar novas soluções, de aprender com a experiência, de forma a que essas organizações se tornem agentes de mudança duradouras. A AKF mantém assim, um envolvimento a longo prazo, na construção de instituições sociais, sendo por isso, capaz de assumir compromissos para com as comunidades e de incutir mudanças nas atitudes, comportamentos e competências organizacionais. Assim que as organizações comunitárias começam a conseguir oferecer os serviços, a AKF expande o seu programa através do estabelecimento de organizações de aldeia em outros lugares. Os principais objetivos da AKF passam pelo desenvolvimento sustentável das comunidades mais desfavorecidas e pela melhoria na sua qualidade de vida e do bem-estar, através da criação de esforços paralelos com a finalidade de alcançar um propósito comum, através da inclusão social, cultural e económica, desenvolvendo sociedades mais fortes e coesas, aumentando os processos de participação local, o desenvolvimento de projetos de inovação comunitária, promovendo a igualdade de acesso e o empoderamento de indivíduos, comunidades e organizações, com o intuito de estas desenvolverem as próprias capacidades, tanto económicas como sociais.

Questão 3: À luz da estrutura teórica das funções das ONG, de Nikkhah and Redzuan (2010), explique como é que a AKF contribui para a promoção de um Desenvolvimento Comunitário Sustentável, mantendo uma independência relativamente ao Estado e a organizações externas.

Segundo a estrutura teórica de Nikkhah et al. (2010), as ONG promovem o desenvolvimento comunitário sustentável através de três principais funções: microfinanças, fortalecimento das capacidades e autossuficiência, o que permite com que os membros de uma determinada comunidade adquiriram capacidades-chave com o objetivo de atingirem o desenvolvimento comunitário sustentável. As microfinanças consistem nos esforços com o objetivo de melhorar o acesso a empréstimos e a serviços de poupança por parte da população mais pobre, sendo uma das principais estratégias de desenvolvimento com o objetivo de promover a erradicação da pobreza e o fortalecimento económico. Através das microfinanças, é possível uma comunidade alcançar a sustentabilidade financeira e, através do auxílio das ONG, é possível promover a redução da pobreza através da criação de empregos e da criação de rendimentos, promovendo assim a inclusão financeira da comunidade, permitindo com que indivíduos, famílias e pequenas empresas, administrem os seus próprios recursos financeiros. Ainda segundo Nikkhah et al. (2010), o objetivo das ONG passa também pela promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade a longo prazo, através de atividades que promovam o fortalecimento das capacidades e a autossuficiência, sendo a capacitação identificada como uma das políticas e estratégias principais com a finalidade de aumentar o potencial em direção ao desenvolvimento sustentável. Os autores defendem que o fortalecimento das capacidades é a segunda estratégia que poderá ser implementada pelas ONG com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário e com a finalidade de estas se tornarem resilientes e independentes, assumindo o controlo dos seus próprios destinos, alcançando o bem-estar e promovendo o acesso a oportunidades e à justiça social. Por último, a terceira função das ONG para atingir um desenvolvimento sustentável comunitário é a autossuficiência. A autossuficiência encoraja a necessidade das pessoas usarem as iniciativas locais, as suas habilidades e os seus próprios recursos como uma alavanca no alcance e na melhoria das condições de vida, tornando-se assim independentes de fundos obtidos externamente à comunidade, defendendo que a dependência do Estado não deverá ser algo positivo e desejável a longo prazo. Os autores defendem que, o objetivo do desenvolvimento de uma comunidade deve ser, em último lugar, a autossuficiência. As ONG atuam como capacitadoras no auxílio às comunidades e no seu respetivo desenvolvimento relativamente aos seus recursos, conscientizando-as, motivando-as para a participação nos seus projetos, com a finalidade da melhoria na qualidade de vida da comunidade. Assim, a AKF atua a nível comunitário, com o objetivo de melhorar as condições de vida das comunidades, promovendo o desenvolvimento comunitário sustentável. O objetivo último é que a mesma possa ter competência e confiança nela própria, e adquiram *skills* necessários para que possam ter oportunidades, e dentro dessas oportunidades, deter

oportunidades de escolha. A finalidade da AKF é fazer com que as pessoas ultrapassem as suas dificuldades, e essencialmente, conseguir trazer essas pessoas para um outro nível intelectual, educacional, de oportunidades e de opções, para que possam reverter as suas próprias dificuldades sem comprometer as próximas gerações (Entrevista 3: CEO da AKF). Com essa finalidade, foi criada a iniciativa das Indústrias Criativas, assente num modelo inovador de empreendedorismo criativo e cultural para públicos vulneráveis, com o objetivo de aumentar o rendimento e melhorar as condições de vida das comunidades, nomeadamente migrantes, assente em práticas artesanais e no potencial de negócio, onde a AKF tenta desocultar, aproveitar e reforçar competências que as pessoas entre os 30 e os 60 anos possam deter. Existe também o objetivo testar um Programa de Aceleração e de Incubação, que inclui desde o reforço de competências técnicas, a oportunidades de produção, a mentoria customizada e à criação de *seed funds* para apoiar o crescimento de micro negócios (inclusivos) que valorizem técnicas, saberes artesanais e heranças culturais, enquanto fatores de inovação, de acordo com os princípios de uma economia sustentável e de preservação de património material e imaterial. Na área temática de *Work and Enterprise*, a AKF pretende melhorar os meios de subsistência através da integração económica e inclusão financeira, com o foco nas competências no futuro do trabalho e na promoção do auto-emprego. (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF). Contudo na AKF, não existe um programa específico de microfinanças, existem sim parceiros da AKF para o qual as pessoas ou comunidade são encaminhadas, ou no qual esses próprios parceiros são atraídos para determinados projetos da Fundação (Entrevista 3: CEO da AKF). Existe também um especial foco na população mais jovem e desta forma, a AKF Portugal tem vindo ao longo dos anos, a investir em soluções inovadoras que permitam a valorização das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social e económica e nos respetivos talentos, com o objetivo de melhor prepará-las para um mundo em mudança, designadamente, em aceleração tecnológica, quebrando os ciclos geracionais da pobreza e alterando a forma como as instituições e a sociedade olham para elas: de consumidoras de benefícios a produtoras de valor, e desta forma contribuir para a melhoria das suas condições e qualidade de vida. No âmbito da área temática da Sociedade Civil a AKF pretende fortalecer um ecossistema de Organizações da Sociedade Civil para a valorização da diversidade e da participação, respondendo de forma integrada aos desafios sociais complexos em diversos contextos urbanos, e alavancando comunidades mais fortes e resilientes. Como podemos verificar, há uma grande dimensão individual, mas também uma forte dimensão comunitária e relacional na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável, existindo abordagens específicas para empregabilidade, para o acesso ao emprego, e havendo também uma forte preocupação com as organizações e com a capacitação das mesmas. E, portanto, a resiliência não pode ser só individual, mas sim a resiliência da comunidade e das suas estruturas, transformando também o Estado e as organizações públicas que gerem os territórios, com o objetivo de estas se tornarem mais ágeis, mais dinâmicas e mais capazes

de responderem as necessidades dos indivíduos. As respostas públicas são fundamentais para a recuperação social e económica dos indivíduos, porém estas respostas públicas têm fragilidades e insuficiências, e o trabalho em rede que a AKF promove é muito importante para suprir essas mesmas fragilidades e insuficiências e, só se cria resiliência atuando no território, nas suas comunidades, mas também na relação entre aquela comunidade e o Estado (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). Assim sendo, podemos verificar que as ONG são importantes em lidar com os problemas de uma determinada comunidade e nos quais o governo por vezes falha em abordar, sendo que a AKF tem um posicionamento distinto do Estado no que se refere à resposta adequada aos problemas pois, para a Fundação, é possível uma reflexão tendo uma abordagem de intervenção mais perene, mais continuada e menos instável no tempo (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). A grande capacidade da AKF, por se caracterizar como uma instituição independente e totalmente neutra, permite com que sejam tomados determinados riscos, no qual determinadas instituições (por exemplo, instituições públicas), não tenham essa mesma liberdade. Trabalhando a médio/longo prazo, tendo como foco primordial as pessoas, para a AKF existe o pressuposto de que as pessoas nunca irão ser abandonadas, e neste sentido, quando um plano não corre como previsto, esse plano poderá ser revisto e alterado. Um dos princípios fundamentais da AKF é a participação e a promoção de forma a que todos possam expressar a sua voz e possam ter as mesmas oportunidades. Assim sendo, a AKF torna-se num elemento crítico porque enquanto algumas instituições surgem com respostas “*taylor-made*”, a AKF compõe um leque de opções dentro daquilo que são as necessidades da comunidade, o que permite com que seja a própria comunidade a pensar e criar as suas próprias soluções (Entrevista 3: CEO da AKF). Adicionalmente, o Estado tem um conjunto de responsabilidades e um conjunto de limitações, estando limitado pelos ciclos de política que são determinados pelo sistema democrático (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). Neste sentido, existem competências e capacidades nas quais o Estado contratualiza a sua concretização com a AKF ou com outras fundações, devido à criação de uma capacidade de resposta e de uma *expertise* que hoje em dia é muito reconhecida na AKF, e que é muito difícil para o Estado possuir esses meios e recursos nas suas competências. Adicionalmente, o Estado tem um conjunto de obrigações de proteção social, sendo altamente mobilizador de recursos financeiros e humanos, o que retira ao Estado, nomeadamente na sua área social, a capacidade de ser um agente de inovação e intervenção. Isso faz com que a AKF possa oferecer recursos e meios que o Estado poderá não deter, pelo facto de estar focado noutras dimensões de atuação. Salienta-se também o facto de existirem territórios onde as comunidades vivem marginalizadas e mantêm uma relação de desconfiança e de conflituosidade com o Estado e as autarquias, atribuindo em certa medida ao Estado, um papel na sua marginalização da sociedade, não facilitando esse papel de confiança que é necessário estabelecer com as comunidades, fazendo com que a AKF, as Fundações, as ONG e outras organizações, tenham um papel e uma condição vantajosa

de estabelecer relações de confiança com as comunidades, desempenhando assim um papel diferenciador. Também é difícil para o Estado estabelecer uma relação de parceria com os agentes privados e económicos, muitas vezes por questões de transparência, e nesta área, também a AKF e as Fundações conseguem facilmente atrair e mobilizar agentes económicos para a Agenda 2030 a atuarem em parceria, do que atuarem em complementaridade com o Estado. Isto acontece também principalmente pela questão financeira, sendo mais fácil para estas empresas e agentes privados apoiarem as ONG do que financiarem o Estado, sendo que com o Estado já têm uma relação tributária. Portanto, o Estado, que tem já um papel regulador, terá mais dificuldades em ser simultaneamente regulador, promotor, parceiro, criando assim um conjunto de dificuldades éticas e operacionais. O que significa que, muitas vezes acabam por ser as próprias Fundações que têm esta capacidade de olhar para aquilo que são as políticas públicas, para as necessidades das comunidades e para os vazios onde o Estado não consegue atuar, ajudando a mobilizar o setor privado e económico a atuarem em conjunto. (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). A longo prazo, a AKF pretende a promoção de dinâmicas comunitárias autossuficientes que permitam a redução da dependência dos territórios à ajuda externa. O objetivo último da Fundação é o apoio dos beneficiários no crescimento das suas capacidades e na criação de relações de confiança e partilha de competências que permitam a participação ativa por parte da população no processo de conceção, implementação e contínua realização de atividades que reforcem a comunidade civil, respeitem a cultura local e tornem possível o desenvolvimento dos territórios de forma sustentável.

Questão 4: Tendo em consideração os ODS e a dimensão de prosperidade definida pela ONU, explique qual a importância das parcerias para a AKF na mudança transformacional da sociedade com a finalidade de se atingir a prosperidade duradoura.

A agenda e estratégia da AKF é em grande parte orientada pela visão de *Sua Alteza Aga Khan* e pelas diretrizes estabelecidas pelo próprio, na articulação com as várias fundações e pelas linhas de atuação que são transmitidas. A AKF tenta medir as mudanças transformacionais da sociedade a três níveis: a nível micro, meso e macro. A nível micro, com um período de consideração de um a cinco anos, corresponde à fase da implementação, conceção, aprendizagem e medição do programa ou projeto. Aquando da sua entrada num projeto ou atividade, tenta-se verificar se esse projeto está a ter sucesso e se estão a ser operadas mudanças que possam permitir que determinada sociedade ou indivíduo possa melhorar as suas condições de vida; a nível meso, com um período correspondente entre três a sete/oito anos, mede-se como é que as mudanças e boas práticas apreendidas durante o período do micro ajudam a influenciar políticas (nacionais e municipais), a modelizar programas, e no qual essa modelização permite que outros parceiros consigam implementar os projetos em várias outras regiões (exemplo: Programa RedEmprega Lisboa); a nível macro, entre dez a vinte anos, já é

considerada de mudança sistémica, sendo que a AKF ainda está a caminhar para essas mudanças transformacionais a nível macro. Relativamente à prosperidade, para a AKF não se promove a prosperidade através dos ODS, mas sim que os ODS contribuem para a visão da AKF. Para a Fundação é necessário definir o que se entende por prosperidade em termos económicos, em termos intelectuais e termos de bem-estar pessoal, e tendo em consideração a sua experiência, a AKF considera que, pensar-se em sustentabilidade e em prosperidade única e exclusivamente pelo aspeto económico é um erro tremendo. Para a AKF, a prosperidade económica deve ter uma base de segurança que permita com que as pessoas, as famílias, ou o núcleo com a qual a AKF trabalhe, esteja preparado para poder fazer face às variações que o ciclo de vida irá enfrentar. Posto isto, a AKF tenta trabalhar em dimensões muito importantes: desenvolve projetos com crianças e jovens, havendo um grande foco numa educação de qualidade para que consigam estar preparados intelectualmente, focam-se na questão do *“work for the future”* e nas competências necessárias para que as pessoas possam estar preparadas para o futuro e para os temas da atualidade. Trabalham assim, desde *soft skills*, a competências mais técnicas e avançadas, para que as pessoas saibam responder perante as dificuldades da sociedade e consigam adaptar-se a diferentes culturas e padrões. A título de exemplo, o programa *“Bytes4Future”* trabalha com jovens NEET (*Not in Education, Employment, or Training*) até aos 30 anos, que não estudam nem trabalham e estão à margem da sociedade, e/ou que não têm falta de oportunidades. Assim sendo, relativamente à questão da prosperidade é importante realçar que para a AKF é importante que determinada pessoa aumente o seu rendimento, mas também que seja sustentável intelectualmente e tenha capacidade de aprender para aprender, para que seja capaz de perceber como é que se irá posicionar na sociedade perante as mudanças que irão ser operadas. Assim sendo, quando se fala em prosperidade é a prosperidade em várias dimensões, e o fundamental é que as pessoas possam ter uma vida digna, tendo a capacidade de não se tornarem reféns de ninguém e tenham capacidade de adaptação e segurança perante as mudanças (Entrevista 3: CEO da AKF). A dimensão de prosperidade para a AKF é uma dimensão muito holística na medida em que, é centrada na autonomização e capacitação dos indivíduos, na educação, no acesso ao emprego, e em dar-lhes as competências económicas, sociais, culturais e comunitárias para poderem de facto alcançar esta prosperidade, sendo que, para a Fundação, a dimensão de prosperidade dos ODS é uma dimensão transversal que envolve vários dos ODS. Portanto, há de facto uma preocupação com a prosperidade, mas uma prosperidade sustentável e sustentada. Um dos programas mais emblemáticos em Portugal e promovido pela AKF com o objetivo de promover a prosperidade chama-se K’CIDADE (Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano) e tornou-se numa inspiração para as políticas públicas. O programa procurou dar um salto em termos de inovação social e foi considerada pela investigação, pelos académicos e pelas evidências empíricas como *“o único caminho para combater a pobreza”* devido ao facto de a pobreza ter uma natureza estrutural e inter-geracional, não se resolvendo em

tempos curtos, com programas de financiamento a curto prazo e com círculos de política curtos. O K’CIDADE defende que, a intervenção e resposta a um respetivo problema deve ser continuada, duradoura e de longo prazo, podendo ser feita com mais ou menos intensidade, e evolui à medida que o território se vai alterando e desenvolvendo. O objetivo final é a autonomização do indivíduo, sendo esse processo feito em parceria com a comunidade, e havendo um desligamento gradual à medida que a comunidade se vai tornando autónoma (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF). A AKF torna-se assim num elemento aglutinador, sendo considerada pela academia como a “mestre das redes e das *networks*”, porque são capazes de, em tudo aquilo que fazem, procurar parceiros que complementem o seu trabalho (Entrevista 3: CEO da AKF), tornando-se fundamentais agentes de mudança. Sendo uma das organizações quotizantes da *Global Compact Network Portugal* e fazendo parte das organizações aderentes da Aliança ODS Portugal, a AKF Portugal trabalha sempre em parceria com outras instituições com a finalidade de desenvolver modelos inovadores e replicáveis de combate à exclusão social, económica e cultural através de processos de capacitação e de fortalecimento da ação coletiva de grupos e de organizações (Entrevista 1: Responsável Gestão de Trabalho e Empresas, AKF), destacando-se assim o ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação, em todas as suas áreas de atuação. Trabalham também em estreita parceria, intelectual e financeira, com governos, organizações internacionais, empresas, fundações e universidades, sendo que o objetivo das suas intervenções é o acrescento de valor em áreas relacionadas com o desenvolvimento económico, social e cultural de uma determinada região, construindo instituições e programas que consigam corresponder aos desafios nestas áreas. As parcerias da AKF são diversas, sendo umas de âmbito mais territorial e comunitário, e outras mais cirúrgicas, temáticas e de geometrias muito variáveis. Segundo o Relatório e Contas da AKF Portugal, em 2020, os principais parceiros financiadores foram: Fundos internos (40%), Governo de Portugal (33%), Financiadores Privados (7%), Comissão Europeia (7%), Johnson & Johnson (5%) e o Município de Oeiras (5%). A matriz chave da AKF é a sua ótica de trabalho com base no princípio de parcerias, tanto em parceria com instituições, organizações e o Estado, como em parcerias com as próprias comunidades e/ou com os próprios beneficiários. Na sua maioria, as parcerias que a AKF detém, permitem não só transformar os próprios beneficiários, mas também transformar a forma de atuação das próprias organizações com as quais cooperam, no sentido de fazê-las adotar abordagens menos assistencialistas, defendendo que a abordagem às comunidades deverá ser uma resposta para a autonomia e para a capacitação. É evidente que existem abordagens mais assistencialistas de combate à exclusão, pelo facto de, nem todas as pessoas terem condições de saúde, sociais e económicas para uma autonomização imediata, ou até mesmo a longo prazo. E, um exemplo disso, são os seniores e idosos, um grupo bastante vulnerável onde a autonomização não é possível, e, com quem a AKF trabalha, sendo este uma área de atuação da própria fundação. Um dos exemplos de abordagem para a autonomia e para a capacitação é o projeto

K'CIDADE, sendo que o seu papel não era só de transformação das comunidades e o respetivo contexto, mas era também de transformar a forma como os atores agem dentro dessas próprias comunidades, tornando-se assim numa transformação multinível e multidimensional na forma como a AKF opera. Procurando transformar os atores, a sociedade civil, as empresas, o Estado e os agentes sociais, a AKF procura também transformar-se a ela mesma, no sentido de ser mais inovadora e ser capaz de encontrar novas soluções para os problemas existentes, em que muitas vezes, o Estado e as políticas públicas não são capazes de o fazer. Para a Fundação, importa não só o resultado da ação que temos, mas também a capacidade na forma como fazemos e de quem influenciámos nesta ação, fazendo com que haja capacidade de transformar a forma como as organizações atuam. Outro exemplo bastante importante foi a maneira como a AKF abordou a questão das Atividades de Desenvolvimento Curricular (na Alta de Lisboa) e do apoio às escolas, de forma a criar condições para que as associações de pais e as escolas tivessem competências para posteriormente serem eles próprios assegurar a provisão desse serviço. Ao promover determinada atividade, a AKF primeiramente tenta envolver as pessoas pois, terão que ser elas próprias o motor da sua mudança, caso contrário essas mudanças não serão sustentáveis. Em segundo lugar, a AKF acredita que, se for dada às pessoas a possibilidade de serem elas próprias a refletirem e de usarem as suas vozes, elas sejam capazes de formular respostas mais adequadas e mais efetivas para que possam crescer. E, para que os projetos de concretizem, para a AKF é fundamental olhar para o beneficiário direto, mas também para os outros parceiros (intelectuais, financeiros, de justiça, etc.) de forma a que possam criar o ambiente propício a mudanças (Entrevista 3: CEO da AKF), e atingir uma prosperidade duradoura a todos os níveis.

4.6 SLIDES DA RESOLUÇÃO DO CASO PEDAGÓGICO

Os slides de resolução do caso encontram-se nos anexos (Anexo H).

5 CONCLUSÃO

A Agenda 2030 destaca a importância e a necessidade da concretização dos ODS ser feita a um nível local e, para que sejam atingidos os respetivos *targets*, é necessária uma mobilização efetiva das entidades e organizações da ES. Contudo, podemos nos questionar de que modo é que os ODS poderão ser implementados a nível local, sendo que, as ferramentas que permitem identificar o contributo das organizações da ES nas realidades locais e no cumprimento das metas dos ODS, são insuficientes. De acordo com o Inquérito ao Setor da Economia Social realizado em 2018 pelo INE em conjunto com o CASES, quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social (85,7% das quais Fundações). Porém, ainda segundo o Inquérito, no manual da UN (2018), *“Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work”*, é explicado em que medida as entidades da ES poderão contribuir para cada um dos ODS, apresentando uma abordagem metodológica especificamente concebida com o objetivo de avaliar a contribuição deste setor para a Agenda 2030. Assim, embora já existam alguns dados e pesquisas relacionados com a ES, são poucas as tentativas de uma análise sistemática da contribuição da ES para com os ODS a nível local. As pesquisas carecem de metodologias e de indicadores robustos que sejam facilmente usados, compreendidos, e que sejam capazes de mensurar o impacto da ES no DS e na vida concreta das populações e territórios.

Ao longo dos anos, temos vindo a assistir a um agravamento das consequências no que se refere à intervenção do homem no meio ambiente, muito devido ao aumento da população, o que constituiu um grande desafio no que respeita ao desenvolvimento sustentável, às desigualdades de rendimento e à inclusão social. Assim, toda sociedade que visa alcançar o Desenvolvimento Sustentável não pode ignorar o papel que as organizações da ES representam na sociedade bem como a sua forma de atuação. A ES tem desempenhado um papel crucial na realização da Agenda 2030 e dos ODS, nas esferas económica, social e ambiental, sendo que o seu papel não é apenas agir como prestador de serviços. Devido à variedade de competências que detêm, desempenham também um vasto papel no apoio à elaboração e implementação de programas e políticas de desenvolvimento, promovem também um desenvolvimento sustentável e inclusivo através de práticas sociais, institucionais e de inovações tecnológicas, tendo sempre em conta os valores fundamentais da sociedade: democracia, inclusão, solidariedade e sustentabilidade. Atores locais, incluindo os governos, empresas, organizações da sociedade civil e organizações da ES, estão bem posicionados no que respeita à implementação dos ODS, através da sua abordagem integrada e equilibrada em iniciativas de desenvolvimento local, com o potencial de alterar estruturas e condições locais que promovam injustiças. Adicionalmente, atuam ao nível da redução da pobreza e das desigualdades, na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, criando coesão e impacto social, ajudando no fortalecimento do tecido económico e social, auxiliando na criação de postos de trabalho, na consciencialização e participação cívica, e promovendo o desenvolvimento local e regional.

Contudo, para avaliarmos os impactos da ES, temos de igualmente avaliar em que medida as suas atividades têm contribuído para o alcance dos objetivos económicos, sociais e ambientais e políticos (Crusellas & Padilla, 2019) e, uma medição da sua contribuição é extremamente fundamental para o reconhecimento do seu importante papel no progresso do desenvolvimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para os ODS. Adicionalmente, é extremamente importante aumentar a visibilidade da ES, aos níveis local e global, realçando o seu alcance estratégico e o seu papel para o desenvolvimento local, visando alcançar uma maior retenção e agregação de valor, tornando assim possível a implementação dos ODS. A ES é um setor muito diverso, pois as organizações que o integram têm naturezas muito distintas, e é extremamente necessário que o Estado estabeleça mecanismos de relacionamento e canais de comunicação de articulação com a ES, pois são essas organizações que atuam junto das comunidades (Entrevista 2: Membro do Conselho Nacional da AKF).

Sendo a ES e a sua consequente contribuição para o alcance dos ODS um tópico amplamente discutido nos discursos desenvolvimentistas, o presente trabalho teve como base de investigação o facto das instituições da ES poderem facilitar a implementação dos ODS, sendo que, atualmente, os ODS são implementados por várias organizações da ES em todo o mundo. Conforme demonstrado, as Fundações e, nomeadamente a AKF, estão bem posicionadas para facilitar a consecução dos ODS devido à sua ênfase, tanto em objetivos específicos, com também num desenvolvimento integrado, equilibrando as dimensões social, económica e ambiental, e, por último, na cidadania ativa. Contudo, apesar das instituições da ES, e nomeadamente as AKF, implementarem os ODS nas suas áreas de atuação, existe ainda uma clara necessidade de tentar compreender de que forma é que os ODS são implementados no seio destas organizações e, se existe algum tipo de mensuração.

Dada a complexidade dos fenómenos sociais, é importante essa identificação dos contributos por parte da ES e das Fundações, o que irá facilitar o planeamento de ações por parte destas organizações, permitindo a melhoria do seu desempenho, sendo que a ES é vital e fundamental para tornar as sociedades e as comunidades mais resilientes a futuras crises. Esta análise também é essencial na medida em que, auxilia a formulação de políticas e na defesa de um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Como foi analisado, podemos concluir que, a AKF adere à linguagem dos ODS nos seus meios de atuação e que, o setor da ES, e mais concretamente a AKF, é um ator-chave para garantir uma sociedade mais coesa, em termos sociais, económicos e ambientais, incluindo o cumprimento da Agenda 2030 e os ODS. *Sua Alteza Aga Khan IV* representa uma pluralidade de culturas, tradições e histórias, e cuja principal preocupação são os desafios na melhoria da qualidade de vida das comunidades com as quais a AKDN e a AFK atuam, sendo os ODS um dos principais objetivos a atingir na sua atividade e nos seus meios de atuação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ali, M., & Ali, R. (2016). Financial Sustainability of Government-NGO Partnership in Health Sector : A Case Study from Pakistan. *World Applied Sciences Journal*, 34(3), 290–299.
<https://doi.org/10.5829/idosi.wasj.2016.34.3.52>
- Almeida, V. (2010). *Governança, Instituições e Terceiro Sector, As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos (Online)*. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf
- Baccaro, L. (2001). Civil Society, NGOs, and Decent Work Policies: Sorting out the Issues. In *International Institute for Labour Studies Discussion Paper Series*.
- Baghaei, D., Ghassemzadeh, S., & Asadi, M. (2013). A Study on the Role of NGOs in Creating Sustainable Development. *American Journal of Life Science Researches*, 1(4), 111–121.
- Ban Ki Moon. (2016). *Remarks at the opening of UNCTAD 14*.
<https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2016-07-17/remarks-opening-unctad-14>
- Banco Mundial. (2013). *Inclusion Matters: The Foundation for Shared Prosperity*. (World Bank (ed.)). World Bank Publication. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0010-8>.
- Baptista, C., & Sousa, M. J. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios Segundo Bolonha* (Pactor (ed.); 6ª).
- Barbosa, G. S., Drach, P. R., & Corbella, O. D. (2014). A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability Gisele. *International Journal of Social Sciences*, 3(2), 01–15.
<http://www.iises.net/a-conceptual-review-of-the-terms-sustainable-development-and.html>
- Barry, E. (2018). *PROSPERITY AND SUSTAINABILITY IN THE 21ST CENTURY: LIVING WELL WITHIN NATURAL MEANS*. Population Institute.
- Bedlin, L., & Garcia, D. (2011). Dimensão social do princípio da sustentabilidade frente ao artigo 60 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Revista Eletronica Direito e Política*, 6(2), 419–441.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (4ª edição). Gradiva.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica Dos Pós-Graduandos Em Sociologia Política Da UFSC, Vol. 2 Nº 1 (3)*, 68–80.
- Bossel, H. (1998). *Earth at a crossroads: paths to a sustainable future*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bosselmann, K. (2015). *O Princípio da Sustentabilidade: Transformando Direito e Governança*. (1ª Edição). Revista Dos Tribunais.
- Bourgeon, L., & Lehmann, V. (2008). Project management in the not-for-profit organizations: identifying issues and practices. In Project Management Institute. (Ed.), *Paper presented at PMI® Global Congress 2008*.
- Bridger, J. C., & Luloff, A. E. (1999). Toward an interactional approach to sustainable community development. *Journal of Rural Studies*, 15(4), 377–387.
- Caiado, R. G. G., Quelhas, O. L. G., Nascimento, D. L. M., Anholon, R., & Leal Filho, W. (2018). Measurement of sustainability performance in Brazilian organizations. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 25(4), 312–326.
<https://doi.org/10.1080/13504509.2017.1406875>
- Campos, E. E., Quintero, J. M., & Oliveira, A. B. (2013). *Meio Ambiente: Um Direito Fundamental*. *Revista Inovação Teresina*, 2(1), 46–60.
- Canzanelli, G. (2001). Overview and learned lessons on Local Economic Development, Human Development, and Decent Work. *Universitas, October*, 51.
http://www.yorku.ca/ishd/LED/CD.SP/Links BQ/37_led1.pdf

- CASES/INE. (2018). *COLEÇÃO DE ESTUDOS DE ECONOMIA SOCIAL Nº 12: Inquérito ao Setor da Economia Social*. <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/11/ISES.pdf>
- CASES. (n.d.). *Projeto Y.ES: GUIA PRÁTICO DA ECONOMIA SOCIAL*. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Prático_da_Economia_Social.pdf
- Cerven, J., & Ghazanfar, S. M. (1999). Third World Micro- finance: Challenges of Growth and Possibilities for Adaptation. *The Journal of Social, Political and Economic Studies*, 24(4), 445–462.
- Christensen, C. R., & Hansen, A. J. (1987). *Teaching and the Case Method*. Harvard Business School Press.
- Clark, J. (1999). *Democratizing Development: The Role of Voluntary Organizations*. Kumarian Press.
- Coraggio, J. L. (2015). Institutionalizing the Social and Solidarity Economy in Latin America. In *In Utting, P. (ed.) Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe*. Zed Books.
- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teoria e Prática* (2ª edição). Almedina.
- CPF. (n.d.). *Centro Português das Fundações*. <https://cpf.org.pt>
- Crusellas, R., & Padilla, R. (2019). El Balance Social de la XES: 10 años midiendo el impacto de la ESS en Cataluña. *Conferência Genebra 2019. UNTFSSSE*.
- Cruz, M., Foster, J., Quillin, B., & Schellekens, F. (2015). Ending extreme poverty and sharing prosperity: progress and policies. In *World Bank Group, Police Research Note, Development Economics*.
- Daly, H., & Farley, J. (2004). *Ecological economics: Principles and applications*. Island Press. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=20R9_6rC-LoC&oi=fnd&pg=PR5&dq=DALY,+H.%3B+FARLEY,+J.+ecological+economics.+Principles+and+aplications.+Washington:+Island+Press,+2004.&ots=ynMFEaMMS-&sig=xcMvWThyjtQPJeyhyfkTMJ2oRsc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=
- Dempsey, N., Bramley, G., Power, S., & Brown, C. (2011). The social dimension of sustainable development: defining urban social sustainability. *Sustainable Development*, 19(5), 289–300. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/sd.417>
- Desai, V. (2005). NGOs, gender mainstreaming, and urban poor communities in Mumbai. *Gender & Development. Special Issue: Mainstreaming A Critical Review*, 13(2), 90–98.
- do Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: Do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avancados*, 26(74), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>
- Edwards, M., & Hulme, D. (1992). *Making a Difference: NGOs and Development in a Changing World*. Kumarian Press.
- Edwards, Michael, & Hulme, D. (1995). NGO performance and accountability in the post-cold war world. *Journal of International Development*, 7(6), 849–856. <https://doi.org/10.1002/jid.3380070604>
- Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36(2), 90–100. <https://doi.org/https://doi.org/10.2307/41165746>
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Capstone Publishing.
- Elkington, J. (1998). *Cannibals with forks – the triple bottom line of 21st century business*. New Society Publishers.
- Emas, R. (2015). The Concept of Sustainable Development: Definition and Defining Principles, Florida International University. *Brief for GSDR 2015*, 1–3. https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43652555/5839GSDR_2015_SD_concept_definiton_rev.pdf?response-content-disposition=inline%3Bfilename%3DThe_Concept_of_Sustainable_Development_D.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOW
- Evans, A., & Heijden, K. Van Der. (2014). *A Global Partnership for Sustainable Development : Essential*

- Ingredients. *Independent Research Forum (IRF)*.
- Evers, A., Ewert, B., & Brandsen, T. (2014). *Social Innovation for Social Cohesion. Transnational Patterns and Approaches from 20 European Cities*. Liege: EMES European Research Network asbl.
- Fernandes, I. D. S., Ferreira, F. A. F., Bento, P., Jalali, M. S., & António, N. J. S. (2017). Assessing sustainable development in urban areas using cognitive mapping and MCDA. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 25(3), 216–226.
- Ferrer, G. R. (2008). El derecho ambiental y el derecho de la sostenibilidad. *PNUMA. Programa Regional de Capacitación En ...*
<http://web.pnuma.org/gobernanza/documentos/VIProgramaRegional/3 BASES DERECHO AMB/6 Real Ferrer Der amb y derecho a la sost.pdf>
- Ferrer, G. R. (2012). Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? *Novos Estudos Jurídicos*, 17(3), 310–326.
<http://hdl.handle.net/10045/34959%0Ahttps://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202>
- Filho, W. L., Tripathi, S. K., Guerra, J. B. S. O. D. A., Giné-Garriga, R., Lovren, V. O., & Willats, J. (2019). Using the sustainable development goals towards a better understanding of sustainability challenges. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 26(2), 179–190. <https://doi.org/10.1080/13504509.2018.1505674>
- Fowler, A. (1988). *NGOs in Africa: achieving comparative advantage in relief and micro-development*. Brighton: Institute for Development Studies.
- Fowler, A. (1993). Non-governmental Organizations as Agents of Democratization: An African Perspective. *Journal of International Development*, 5(3), 325–339.
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). O Sector não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada. In *Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University*.
- Frankish, J. (2003). *Conceptualization and Measurement of Community Capacity*. *Applied Research and Analysis Directorate (ARAD)*.
- Freitas, J. (2012). Sustentabilidade: direito ao futuro. In *Belo Horizonte: Fórum: Vol. 2ª edição*.
- Freitas, M. (2006). Educação ambiental e/ou educação para o desenvolvimento sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. *Revista Iberoamericana de Educación*, 41, 133–147.
<https://doi.org/10.35362/rie410776>
- Friedmann, J. (1992). *Empowerment: The Politics of Alternative Development*. Blackwell Publishers.
- Garcia, D., & Garcia, H. (2014). Dimensão social do princípio da sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico - Dados eletrônicos. In *In: SOUZA, Maria & GARCIA, Heloise (2014) Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer*. UNIVALI.
www.univali.br/ppcj/ebooks
- Garcia, D. S. S. (2012). A atividade portuária como garantidora do princípio da sustentabilidade. *Revista Direito Económico Socioambiental*, 3(2), 375–399.
<https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.03.002.AO04>
- Garcia, D. S. S. (2016). DIMENSÃO ECONÓMICA DA SUSTENTABILIDADE: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas Do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 13(25), 133–153. <https://doi.org/10.18623/rvd.v13i25.487>
- Garcia, H., & Garcia, D. (2016). A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE SOLIDÁRIA CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O ALCANCE DO SOCIOAMBIENTALISMO. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, 2(2), 147–168. <https://doi.org/10.21902/Organiza>
- Garrido, Á. (2016). *Cooperação e Solidariedade: Uma história da economia social* (Edições Tinta-da-china (ed.); 1ª).
- Giovannoni, E., & Fabietti, G. (2013). Integrated Reporting: Concepts and Cases that Redefine Corporate Accountability. *What Is Sustainability? A Review of the Concept and Its Applications*, 2010, 1–350. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-02168-3>
- Haguette, T. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia* (5ª edição). Vozes.

- Hammond, G. P. (2006). "People, planet and prosperity": The determinants of humanity's environmental footprint. *Natural Resources Forum*, 30(1), 27–36.
<https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2006.00155.x>
- Hansmann, R., Mieg, H. A., & Frischknecht, P. (2012). Principal sustainability components: Empirical analysis of synergies between the three pillars of sustainability. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 19(5), 451–459.
<https://doi.org/10.1080/13504509.2012.696220>
- Healey, J., & Robinson, M. (1992). *Democracy, Governance and Economic Policy: Sub-Saharan Africa in Comparative Perspective*. ODI.
- Holmberg, J., & Sandbrook, R. (1992). Sustainable Development: What Is to Be Done? In R. L. E. Sustainability (Ed.), J. Holmberg (ed.), *Policies for a Small Planet* (1st editio, pp. 19–38).
- Ife, J., & Tesoriero, F. (2006). *Community Development: Community-Based Alternatives in an Age of Globalization*. (3rd ed.). Pearson Education Australia.
- Igea, D., Agustin, J., Beltran, A., & Martin, A. (1995). *Técnicas de investigação em ciências sociais*. Dykinson.
- ILO. (2002). *Promotion of Cooperatives Recommendation, 2002 (No. 193)*.
- INAISE. (2017). *Manifeste de Praia - 4e Forum Mondial du Développement Economique Local*.
<http://inaise.org/wp-content/uploads/2017/10/manifeste-de-praia.pdf?x53907>
- IPEA. (2010). *Objetivos do Milênio - Relatório Nacional de Acompanhamento*.
[http://ba.one.un.org/content/dam/undp/library/MDG/english/MDG Country Reports/Brazil/brazilinformenacionalodm2005.pdf](http://ba.one.un.org/content/dam/undp/library/MDG/english/MDG%20Country%20Reports/Brazil/brazilinformenacionalodm2005.pdf).
- Kaiser, P. J. (1996). *Culture, Transnationalism and Civil Society: Aga Khan Social Services Initiatives in Tanzania*. Praeger Publishers.
- Kajikawa, Y. (2008). Research core and framework of sustainability science. *Sustainability Science*, 3(2), 215–239.
- Karim, K. H. (2014). Aga Khan development network: Shia Ismaili Islam. In S. M. Cherry & H. R. Ebaugh (Eds.), *Global Religious Movements Across Borders: Sacred Service* (1st ed., Issue April, pp. 143–160). Routledge.
- Khamis, T., & Khamis, A. (2020). The Aga Khan University and the Sustainable Development Goals: Building on International Partnerships to Promote Excellence. In E. Sengupta, P. Blessinger, & T. S. Yamin (Eds.), *University Partnerships for Sustainable Development* (Vol. 20, pp. 121–132). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S2055-364120200000020012>
- Korten, D. (1990). *Getting to the 21st Century: Voluntary Action and the Global Agenda*. Kumarian Press.
- Korten, D. C. (1987). Third generation NGO strategies: A key to people-centered development. *World Development*. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(87\)90153-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(87)90153-7)
- Kuhlman, T., & Farrington, J. (2010). What is sustainability? *Sustainability*, 2(11), 3436–3448.
<https://doi.org/10.3390/su2113436>
- Lafferty, W. M. (2006). *Governance for sustainable development: the challenge of adapting form to function*. Edward Elgar Publishing Limited.
- Langran, L. V. (2002). *Empowerment and the limits of change: NGOs and health decentralization in the Philippines*. University of Toronto.
- Laws, D., Scholz, R. W., Shiroyama, H., Susskind, L., Suzuki, T., & Weber, O. (2004). Expert views on sustainability and technology implementation. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 11(3), 247–261.
- Leff, E. (2011). *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. (8ª Edição). Editora Vozes.
- Maia, A. G., & Pires, P. dos S. (2011). Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 177–206. <https://doi.org/10.1590/s1678-69712011000300008>
- Mayoux, L. (2020). Women's Empowerment Versus Sustainability? Towards a New Paradigm in Micro-finance Programmes 1. *Women and Credit*, 245–269.

- <https://doi.org/10.4324/9781003103233-19>
- McDade, S. A. (1995). Case study pedagogy to advance critical thinking. *Teaching of Psychology*, 22(1), 9–10. https://doi.org/https://doi.org/10.1207/s15328023top2201_3
- Mendell, M., & Alain, B. (2013). Evaluating the Formation of Enabling Public Policy for the Social and Solidarity Economy from a Comparative Perspective: The Effectiveness of Collaborative Processes or the Co-Construction of Public Policy. *UNRISD International Conference: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy, May*, 1–21.
- Meyer, C. (1992). A step back as donors shift institution building from the public to the 'private' sector. *World Development*, 20(8), 1115–1126.
- Morais, L. (2013). *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP.
- Morais, L. (2014). *Cooperação Sul - Sul e triangular e Economia Social e Solidária : possíveis conexões e contribuições para o desenvolvimento sustentável inclusivo*. 15–30.
- Moreira, M. B. (2018). *A Economia Social e Solidária como condição para o desenvolvimento sustentável - Projecto de documento preparado para o UNTFSSE*. http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/iseg_ecosemin0304_mcdiasabs.pdf
- Nações Unidas. (2018). *Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*. https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/UN_TSE_HB_FNL_web.pdf
- Najam, A. (2006). Working with Government: Close but never too close. In G. Wood, M. Abdul, & S. Sagheer (Eds.), *Valleys in Transition: Twenty years of AKRSP Experience in Pakistan* (pp. 426–453). Oxford University Press.
- Nikkhah, H. A., & Redzuan, M. Bin. (2010). The Role of NGOs in Promoting Empowerment for Sustainable Community Development. *Journal of Human Ecology*, 30(2), 85–92. <https://doi.org/10.1080/09709274.2010.11906276>
- Oosterlyncx, S., Kazepov, Y., Novy, A., Cools, P., Sarius, T., & Wokuvitsch, F. (2015). *Local social innovation and welfare state restructuring: analysing their relationship, ImPROvE Working Paper No. 15/15, Antwerp: Herman Deleeck Centre for Social Policy – University of Antwerp*.
- Osborn, D., Cutter, A., & Ullah, F. (2015). Universal Sustainable Development Goals: Understanding the transformational challenge for developed countries. *Universal Sustainable Development Goals, May*, 1–24. <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=1684&menu=35>
- Pankhurst, H., & Johnston, D. (1999). Diversity in Practice: An International NGO's Experience of Microfinance. In *In: Jones S, Nelson N (Eds.): Urban Poverty in Africa: From Understanding to Alleviation* (pp. 91-102.). Intermediate Technology Publications.
- Parkin, S. (2000). Sustainable development: The concept and the practical challenge. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers - Civil Engineering*, 138(6), 3–8.
- Pope, J., Annandale, D., & Morrison-Saunders, A. (2004). Conceptualising sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 24(6), 595–616. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2004.03.001>
- Porritt, J. (2001). *Playing Safe: Science and the Environment*. IOP Publishing Ltd.
- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In *SIMSON, O. M. V. (Org.). Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. (pp. 14–43). Vértice.
- Quental, N., Lourenço, J. M., & da Silva, F. N. (2011). Sustainability: Characteristics and scientific roots. *Environment, Development and Sustainability*, 13(2), 257–276. <https://doi.org/10.1007/s10668-010-9260-x>
- Quintão, C. (2004). Terceiro Sector - Elementos para Referenciação Teórica e Conceptual. V *Congresso Português de Sociologia, 1979*, 11.
- Rappaport, J. (1987). Terms of Empowerment/Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121–143.
- Rees, W. E. (2002). Globalization and sustainability: Conflict or convergence? In *Bulletin of Science, Technology and Society* (Vol. 22, Issue 4). <https://doi.org/10.1177/0270467602022004001>

- Rekha, M. (1995). *Credit for Women: Why is it so Important? United Nations: International Research and Training Institute for the Advancement of Women.*
- Remenyi, D., Money, A., Price, D., & Bannister, F. (2002). The creation of knowledge through case study research. *Irish Journal of Management*, 23(2), 1–17.
- Riddell, R., & Robinson, M. (1992). The Impact of NGO Poverty-Alleviation Projects: Results of the Case Study Evaluations. *Overseas Development Institute Working Paper 68.*
- Robinson, M. (1993). Governance, Democracy and Conditionality: NGOs and the New Policy Agenda. I. In Oxford: INTRAC (Ed.), Clayton, A. (ed.) *Governance, Democracy and Conditionality: What Role for NGOs?*
- Rosales N. (2011). Towards the modeling of sustainability into urban planning: using indicators to build sustainable cities. *Procedia Eng.*, 21(1), 641–647.
- Sachs, J. D. (2012). From millennium development goals to sustainable development goals. *Lancet. The Lancet*, 379(9832), 2206–2211. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0)
- Salamon, L. (1994). The Rise of the Non-profit Sector. *Foreign Affairs*, 73(4), 109–122.
- Santos, P. (2005). Toda a economia deveria ser solidária - Entrevista a Rogério Roque Amaro. *Pessoas e Lugares: Jornal de Animação Da Rede Portuguesa Leader*, 4. <http://www.idrha.pt/pl/jornalpl31.pdf>
- Scholz, R. W. (2011). Environmental literacy in science and society: from knowledge to decisions. *Journal of Risk Research. Cambridge University Press.* <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-002273>
- Schoolman, E., Guest, J., Bush, K., & Bell, A. (2012). How interdisciplinary is sustainability research? Analyzing the structure of an emerging scientific field. *Sustainability Science*, 7(1), 67–80.
- Schreiner, M., Enright, L., Gonzalez-Vega, C., Graham, D., Hossain, I., Lhila, M., Morduch, J., Sherraden, M., & Yaron, J. (2003). A Cost-Effectiveness Analysis of the Grameen Bank of Bangladesh Acknowledgments am thankful for help from the editor, an anonymous referee, and from Asif Dowla A Cost-Effectiveness Analysis of the Grameen Bank of Bangladesh A Cost-Effectiveness Analysis o. *Development Policy Review*, 21(3), 357–382.
- Scotto, G., Carvalho, I. C. de M., & Guimarães, L. B. (2007). *Desenvolvimento sustentável*. Editora Vozes.
- Sen, A. (1984). *The Living Standard*. Oxford Economic Papers. <http://www.jstor.org/stable/2662838>
- Servaes, J. (2017). Introduction: From MDGs to SDGs. *Communication, Culture and Change in Asia*, 2, 1–21. https://doi.org/10.1007/978-981-10-2815-1_1
- Simon, D., & Klaus, D. (1998). Introduction: Rethinking Geographies of North-South Development. *Third World Quarterly*, 19(4), 595–606.
- Sneddon, C. S. (2000). “Sustainability” in ecological economics, ecology and livelihoods: A review. *Progress in Human Geography*, 24(4), 521–549. <https://doi.org/10.1191/030913200100189076>
- Souza, M., & Garcia, H. (2014). *Lineamentos Sobre Sustentabilidade Segundo Gabriel Real Ferrer*. UNIVALI. www.univali.br/ppcj/ebooks
- Stake, R. (1999). Las preguntas de Investigacion. In S. L. EDICIONES MORATA (Ed.), *Investigacion con estudios de casos* (2ª Edição). SAGE Publications.
- Steinberg, J. (2010). *Ismaili Modern: Globalization and Identity in a Muslim Community*. University of North Carolina Press.
- The Aga Khan Foundation. *Site oficial Fundação Aga Khan Portugal: Organograma oficial da AKDN.* <https://www.akdn.org/pt/sobre-nós/informação-da-organização>
- The Aga Khan Foundation. *Site oficial Fundação Aga Khan Portugal: Where we work.* <https://www.akdn.org/where-we-work/europe/portugal>
- The Aga Khan Foundation. (2012). Relatório e Contas 2012. In *Em: O melhor de mim está em nós: um projeto de educação intercultural, de Elodie César Monteiro* (2017). Universidade de Lisboa.
- The Aga Khan Foundation. (2018). *Site oficial Fundação Aga Khan Portugal: Relatório de Contas 2018.* <https://www.akdn.org/where-we-work/europe/portugal/akf-portugal-legal-documents>
- The Aga Khan Foundation (2019). *Site oficial Fundação Aga Khan Portugal: Discurso Conferência*

- Anula do Pluralismo. <https://www.akdn.org/pt/discurso/ms-amina-j-mohammed/conferencia-anual-do-pluralismo-do-gcp-2019>
- The Aga Khan Foundation. (2019). *Site oficial Fundação Aga Khan Portugal: Relatório de Contas 2019*. <https://www.akdn.org/where-we-work/europe/portugal/akf-portugal-legal-documents>
- The Aga Khan Foundation. (2020). *Site oficial Fundação Aga Khan Portugal: Relatório de Contas 2020*. <https://www.akdn.org/where-we-work/europe/portugal/akf-portugal-legal-documents>
- Tijmstra, S., & Rodriguez-Pose, A. (2005). *Local Economic Development as an alternative approach to economic development in Sub-Saharan Africa*. 0, 1–20. <http://siteresources.worldbank.org/INTLED/Resources/339650-1144099718914/AltOverview.pdf>
- Turner, M., & Hulme, D. (1997). *Governance, administration and development: Making the state work* (Macmillan (ed.)).
- UN System Task Team on Post-2015 UN Development Agenda. (2012). *Realizing the Future We Want for All, Report to the Secretary-General*. June, 1–58.
- United Nations. (1987). *Brundtland Report. Our common future: report of the world commission on environment and development*.
- United Nations. (1997). *SPECIAL SESSION OF GENERAL ASSEMBLY ON IMPLEMENTATION OF AGENDA 21 CONCLUDES AT HEADQUARTERS*. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/774/73/PDF/N9777473.pdf?OpenElement>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*.
- UNRISD. (2018). *Social and Solidarity Economy for the Sustainable Development Goals*. 140.
- UNTFSSSE. (2014a). *Realizing the 2030 Agenda through Social and Solidarity Economy. September, 2–4*. <http://www.canadianemr.ca/index.aspx?PID=2>
- UNTFSSSE. (2014b). *Realizing the 2030 Agenda through Social and Solidarity Economy - Final Position. 2–4*. <http://www.canadianemr.ca/index.aspx?PID=2>
- Utting, P. (2015). Introduction: The Challenge of Scaling Up Social and Solidarity Economy. In *Utting, P. (ed.) Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe*. Zed Books. [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/%28httpAuxPages%29/0E6AD972672826FFC1257E12005DFD1C/\\$file/Introduction SSE.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/%28httpAuxPages%29/0E6AD972672826FFC1257E12005DFD1C/$file/Introduction%20SSE.pdf)
- Utting, P. (2018). Achieving the Sustainable Development Goals through Social and Solidarity Economy: Incremental versus Transformative Change | Publications | UNRISD. *Social Dimensions of Sustainable Development, April*.
- Utting, P., Razavi, S., & Varghese Buchholz, R. (2010). Overview: Social and Political Dimensions of the Global Crisis: Possible Futures. In *Utting P., Razavi S., Buchholz R.V. (eds) The Global Crisis and Transformative Social Change. International Political Economy Series* (pp. 1–22). Palgrave Macmillan. https://doi.org/https://doi.org/10.1057/9781137002501_1
- Vandemoortele, J. (2011). The MDG story: Intention denied. *Development and Change. Development and Change, 42(1)*, 1–21. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2010.01678.x>
- Wassermann, S. (1994). Introduction to Case Method Teaching: A Guide to the Galaxy. *Teachers College Press*.
- Webb, T., & Novkovic, S. (2014). *Co-operatives in a Post-growth Era: Creating Co-operative Economics*. Zed Books.
- Whitehead, L. (1993). Economic Liberalization and Democratization: Explorations of the Linkages. *World Development, 21(8)*, special edition.
- Wilderer, P. A. (2007). Sustainable water resource management: The science behind the scene. *Sustainability Science, 2(1)*, 1–4. <https://doi.org/10.1007/s11625-007-0022-0>
- Wils, F., Remmerswaal, J., Neggers, J., Anderson, J., & Dewes, J. (1992). *Big NGOs in Latin America: Case Studies in Peru and Bolivia*.
- Yin, R. K. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (3ª Edição). SAGE Publications.
- Young, T. S., & Dhanda, K. K. (2012). *Sustainability: Essentials for Business*. SAGE Publications, Inc. *FIRST EDITION* (SAGE Publications (ed.); 1st ed.). SAGE Publications.
- Zimmerman, M. A., & Rappaport, J. (1988). Citizen Participation, Perceived Control, and Psychological

Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 16, 725–750.

Zoeteman, K. (2001). Sustainability of nations. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 8(2), 93–109. <https://doi.org/10.1080/13504500109470067>

7 ANEXOS

ANEXO A - Lista de parceiros atuais da AKF Portugal

Alguns dos parceiros atuais da AKF em Portugal são: a Comissão Europeia, o Governo de Portugal, Organismos Públicos: o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Instituto da Segurança Social, Direção-Geral de Saúde (DGS), Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Central, Direção-Geral de Educação (DGE), Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas (DGLab), Plano Nacional de Leitura, Rede de Bibliotecas Escolares; Municípios: Municípios de Oeiras, Lisboa e Sintra; Juntas de Freguesia; Fundações internacionais e nacionais: Johnson & Johnson Foundation, Jacobs Foundation, Oak Foundation, Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Fundação Bissaya Barreto; nos Centros de Formação Profissional: Inovinter, CEARTE; Universidades: Universidade Católica do Porto, Universidade Católica de Lisboa, Universidade Aberta, Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Évora, Instituto Piaget, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida; Empresas: Wannaplayer (Run Code School), World Academy, Janssen, Grupo Delta e Grupo Fidelidade; e Outras organizações: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), ACAS, Olho Vivo, Centro Intercultural Europeu, Renovar a Mouraria, Largo, CLIP, Crescer, ADM Estrela, Alkântara, Médicos do Mundo, Casa do Brasil, Associação Empresarial de Sintra, Associação Portuguesa de Emprego Apoiado, Centro Comunitário de Algueirão, Associação Portuguesa dos Médicos de Família, Associação dos Profissionais de Educação de Infância, o Instituto Camões de Cooperação Portuguesa, o Patriarcado de Lisboa, o Fundo JB Fernandes Memorial Trust, a Agência Ciência Viva e a Fundação Assistência Médica Internacional – Portugal (AMI).

ANEXO B – Agências de desenvolvimento social da AKDN e as suas filiais

Adicionalmente à Fundação Aga Khan (AKF), as agências de desenvolvimento social da AKDN incluem: a Agência Aga Khan para o Habitat (AKAH), A Agência Aga Khan para o Microfinanciamento (AKAM), o Fundo Aga Khan para o Desenvolvimento Económico (AKFED), os Serviços Aga Khan para a Saúde (AKHS), o Fundo Aga Khan para a Cultura (AKTC), e na área da Educação: os Serviços Aga Khan para a Educação (AKES), as Academias Aga Khan (AKA), as Universidades Aga Khan (AKU) e a Universidade da Ásia Central (UCA). Tal como a AKDN, o Programa Aga Khan de Apoio Rural (AKRSP) orienta e fornece os serviços necessários com a finalidade de atingir o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Afiliada à ADKN existe também a Fundação FOCUS – Assistência humanitária, que se caracteriza como sendo uma agência internacional de gestão de desastres, atuando em situações de emergência e fornecendo serviços de assistência em caso de desastres naturais, auxiliando os mais necessitados, com foco nos países em desenvolvimento e, facilitando a sua transição para um desenvolvimento sustentável, autossuficiente e de longo prazo. O Fundo Aga Khan para a Cultura (AKTC) coordena as

atividades culturais da AKDN onde estão incluídos: o Prémio Aga Khan para a Arquitetura, o Programa de Cidades Históricas Aga Khan, a Iniciativa Aga Khan para a Música, o Museu Aga Khan e o Programa Aga Khan para a Arquitetura Islâmica (na Universidade de Harvard e Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) nos Estados Unidos). Há mais de 30 anos que a AKTC demonstra de que forma é que a cultura poderá ser um ativo e catalisador na melhoria da qualidade de vida das populações, mesmo nas áreas mais pobres e remotas em todo o mundo. A maioria das agências da AKDN são consideradas como instituições sem fins lucrativos, contudo existem três exceções: relativamente ao Fundo Aga Khan para o Desenvolvimento Económico (AKFED), esta é a única agência que opera em regime comercial, com fins lucrativos ao abrigo do direito jurídico, funcionando como uma empresa, cujos excedentes são reinvestidos em iniciativas de desenvolvimento, incluindo contributos para projetos sociais e culturais; a Universidade da Ásia Central (UCA) é considerada uma universidade regional autónoma cujo alvará foi acordado com base num tratado internacional entre o Cazaquistão, o *Imamat Ismaili*, a República do Quirguistão e o Tadjiquistão; a Universidade Aga Khan (AKU) é uma universidade internacional com autoridade para realizar programas, filiais e campus em qualquer parte do mundo.

ANEXO C – Áreas de Atuação da AKF

A ação da AKF Portugal é desenvolvida através de 2 projetos principais: o Programa de Educação e Desenvolvimento da Infância (ECD) e o Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (K’CIDADE):

Programa de Educação e Desenvolvimento da Infância (ECD): O programa de educação e desenvolvimento da infância valoriza os primeiros anos de vida e foca-se na qualidade da aprendizagem no sentido de fortalecer e construir sistemas/instituições que invistam no desenvolvimento de crianças, famílias e profissionais, tendo como objetivo *“influenciar a qualidade dos sistemas e instituições, investindo nos profissionais e ecossistemas que asseguram o bem-estar e a aprendizagem, assegurando às crianças um bom começo de vida”*. Procura a sustentabilidade da formação de professores e promove o intercâmbio de práticas, numa lógica de investigação-ação que valoriza a pedagogia em participação. Em 2009, e a convite do Instituto de Segurança Social, a Fundação assumiu a gestão do Centro Infantil Olivais Sul, com as valências de creche e jardim-de-infância, o qual se tornou um laboratório vivo para partilhar conhecimento, inspirar outros e a partir do qual se desenvolvem programas que colocam em prática os princípios enunciados. A Fundação procura assim desenvolver comunidades de práticas e trabalhar com outros centros infantis através da formação e do acompanhamento em contexto, dando também apoio na implementação *in situ*.

Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano – K’CIDADE (Capacidade): Trata-se da junção do urbano (da cidade) e da valorização das capacidades das pessoas: capacidade e cidade. Sendo

considerado como um tipo de intervenção pluridisciplinar e complementar, reúne um conjunto de temas estruturantes aquando da sua realização, tais como: Sociedade Civil, Seniores e Inclusão Económica. Ajudam a transformar diversos bairros urbanos da Grande Lisboa em locais mais socialmente ligados e seguros para se viver, estando atualmente a expandir-se para a cidade do Porto. Um dos princípios basilares do programa K’CIDADE é que *“todas as pessoas, independentemente de quem são, de onde vêm ou do seu nível de escolaridade ou de qualificação, detêm saberes, capacidades e competências – tantas vezes ocultas – as quais podem ter um papel na mudança positiva da sua vida e na vida das comunidades em que residem”*⁷, construindo uma autonomia através de uma aprendizagem ao longo da vida e do desenvolvimento das capacidades empreendedoras dos participantes dos projetos, intitulados de “agentes de mudança”, na medida em que criam valor social para as comunidades onde se inserem.

Educação: Do Programa de Educação e Desenvolvimento da Infância, existe uma área mais vocacionada para a Educação com medidas específicas, cujo objetivo é *“assegurar um ambiente intercultural, sucesso escolar e redução o abandono precoce para munir crianças e jovens com conhecimentos, capacidades, atitudes e valores ao longo da vida”*, incluindo os princípios de participação e da equidade no desenvolvimento profissional dos profissionais da área da educação. A Fundação procura incluir princípios de participação e de equidade na transformação dos profissionais de educação e na melhoria do sistema educativo, tanto para aumentar o sucesso escolar como para reduzir o abandono precoce de estudantes. O objetivo primordial é melhorar o ambiente, a integração e o sucesso educativo de todas as crianças e jovens desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, bem como promover práticas inclusivas que valorizem a diversidade e o desenvolvimento de relações positivas entre todos. Trabalha-se na construção de redes para que as crianças e os jovens tenham boas transições educacionais ao longo do percurso de aprendizagem, para que se fortaleçam também as transições da educação para o mercado de trabalho e, sobretudo, para que se reconheça a educação e a formação como o principal motor para garantir a inclusão social e económica, tornando-os membros ativos da sociedade. A AKF desenvolveu assim um conjunto de ferramentas pedagógicas (caixa de ferramentas), trabalhando já com 600 escolas em todo o país através do Ministério da Educação, estando a formar uma rede de comunidades de aprendizagem que venha a influenciar a melhoria da qualidade nas práticas e nos resultados escolares de todas as escolas do país. Em Junho de 2008, foi celebrado um acordo de colaboração académica entre a Universidade Aga Khan e a Universidade Católica Portuguesa com o objetivo de promover um entendimento

⁷ Almeida, S. (2011). Fluxos e Riscos: Revista de Estudos Sociais (Centro de Pesquisa e Estudos Sociais da Universidade Lusófona), n.º2, 2011, p. 145-154

internacional e uma cooperação académica entre diversas culturas e religiões, estando prevista a abertura de uma Academia Aga Khan em Portugal.

Schools2030

Consiste num programa global de investigação-ação focado na melhoria das aprendizagens das crianças, com duração de 10 anos, baseado em 1,000 escolas de dez países (incluindo Portugal). Usando os princípios do “*Human Centered Design*” (HCD), e abrangendo especialmente os grupos etários de transição entre ciclos escolares, ou seja 5, 10 e 15 anos de idade, o programa SC2030 irá produzir anualmente 1000 soluções educativas localmente desenvolvidas, suscetíveis de poder informar, inspirar e transformar abordagens sistémicas, com impactos positivos nos resultados holísticos de aprendizagem de todos os alunos. A AKF é o Secretariado do Programa Global Escolas 2030 fazendo também parte do Comité de Coordenação de Doadores Globais, coordenando os parceiros técnicos do Schools2030 e trabalhando também em parceria com uma ampla variedade de parceiros globais em pesquisas, políticas e práticas educacionais para garantir que as escolas permaneçam no centro de alcance dos ODS das UN na próxima década.

Sociedade Civil: Esta tem como objetivo “*fortalecer competências, responsabilidades, legitimidade e sustentabilidade de organizações da sociedade civil e redes através de abordagens inovadoras para desafios sociais, em contextos urbanos heterogéneos*”. Desde 2004, o Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (K’CIDADE) tem implementado, na Região da Grande Lisboa, processos de mobilização de pessoas e de organizações para a construção de sociedades plurais, fortes e seguras, estando atualmente em expansão para o Porto. Ao trabalhar em rede com parceiros institucionais e locais, têm-se vindo a desenvolver diagnósticos e processos participativos que estimulam a convivência, o talento e a energia criativa para responder aos desafios globais e às necessidades locais. A atuação traduz-se em compromissos de longo-prazo para garantir sustentabilidade e qualidade. Em conjunto, procura-se fortalecer diariamente instrumentos de governança local e aumentar tanto a autoconfiança como a resiliência das populações, criando oportunidades para todos.

Seniores: Tendo em conta que Portugal é o 5º país mais envelhecido da Europa, o Programa de Seniores procura melhorar a qualidade de vida dos mais velhos. O objetivo é garantir o bem-estar dos seniores, através do fortalecimento de redes de cuidados formais e informais, do aumento da sua participação e representação na sociedade, incluindo em processos de decisão local através de fóruns, e valorizando-os como um recurso de conhecimento na comunidade. Atualmente, está a desenvolver-se um currículo de âmbito nacional para cuidadores formais cujo modelo holístico e participativo, procura atender às necessidades de seniores e de profissionais prestadores de cuidados.

O objetivo passa por *“abordar o fenómeno do envelhecimento demográfico na Europa para combater a solidão, valorizar os seniores (ativo), aumentar a participação e fortalecer redes formais e informais de prestação de cuidados”*, através do desenvolvimento de soluções inspiradas em princípios e técnicas comunitárias, assegurando modelos participativos.

Inclusão Económica: A inclusão económica no programa de desenvolvimento comunitário urbano tem como finalidade *“melhorar as condições de vida (subsistência) através de integração económica e inclusão financeira, aumentando as competências para garantir o emprego e promovendo o autoemprego”*. A Fundação promove a melhoria das condições de vida das populações ao contribuir para a integração económica e inclusão financeira, investindo nos talentos e no potencial das pessoas, independentemente das suas características individuais. Em parceria com outras organizações, integra a Carta Portuguesa para a Diversidade, a qual encoraja os empregadores a implementar e a desenvolver políticas internas de promoção da diversidade no local de trabalho. Também procura fortalecer as condições de empregabilidade em rede, melhorando a formação e o *job-matching*, tal como desenvolver as economias locais, ao valorizar a herança cultural na criação de micro-negócios e a melhoria da literacia financeira, incluindo o acesso a serviços e apoio comercial.

Desenvolvimento Cultural: De acordo com o Site da AKF, relativamente à área da Cultura, *“têm existido várias iniciativas em Portugal no sentido de promover uma melhor compreensão do legado, das tradições e das sensibilidades culturais das comunidades de países com uma maioria de população muçulmana, assim como promover a cultura enquanto um poderoso catalisador de desenvolvimento”*. A título de exemplo, temos a exposição *“Ideais de Liderança”* cuja exposição foi composta por obras de arte islâmica pertencentes ao Museu Aga Khan, tendo sido expostas no Salão Nobre da Assembleia da República e o *Aga Khan Music Awards* realizado em 2019 no Museu Calouste Gulbenkian. Em 2013 foi também realizado uma Iniciativa Aga Khan para a Música no Mosteiro dos Jerónimos e, nesse mesmo ano, realizou-se também a cerimónia da entrega do 12.º ciclo do Prémio Aga Khan para a Arquitetura no Castelo de São Jorge. Em 2008, também no Museu Calouste Gulbenkian realizou-se a exposição *“A Educação do Príncipe – Obras-primas da Coleção do Museu Aga Khan”*.

ANEXO D – ODM

Os ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1 - Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome.
- 2 - Alcançar o ensino primário universal.
- 3 - Promover a igualdade entre de género e a autonomia das mulheres.
- 4 - Reduzir em dois terços a mortalidade infantil.

5 - Reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna.

6 - Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves.

7 - Garantir a sustentabilidade ambiental.

8 - Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.



ANEXO E – ODS

Em setembro de 2015, 193 países acordaram com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- 01 - Erradicação da pobreza:** erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- 02 - Fome zero e agricultura sustentável:** erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- 03 - Saúde e bem-estar:** garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos em todas as idades;
- 04 - Educação de qualidade:** garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade, e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 05 - Igualdade de género:** alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- 06 - Água potável e saneamento:** garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
- 07 - Energia limpa e acessível:** garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
- 08 - Trabalho decente e crescimento económico:** promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- 09 – Indústria, Inovação e infraestrutura:** construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- 10 - Redução das desigualdades:** reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

11 - Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

12 - Consumo e produção responsáveis: garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

13 - Ação climática: adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;

14 – Proteger a vida marinha: conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15 – Proteger a vida terrestre: proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;

16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

17 - Parcerias para a implementação dos objetivos: reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



ANEXO F – Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio)

Segundo a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) publicada em 2013, e de acordo com o Artigo 5º, foram classificadas as entidades que integram o setor cooperativo e social em Portugal como entidades autónomas e atuantes de acordo com os seguintes princípios orientadores: *“O primado das pessoas e dos objetivos sociais; A adesão e participação livre e voluntária; O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da*

natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada. Estão assim enquadradas legalmente como constituindo o que se chama o setor da Economia Social diversas entidades como cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local e entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES.”

ANEXO G – Guião para as Entrevistas



Tema da Dissertação:

O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O CASO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN

Entrevistado(a)

Nome: (Especificado na metodologia)

Profissão: (Especificado na metodologia)

Questões

1. Qual o papel que a Fundação Aga Khan Portugal (AKF) pode ter na implementação dos ODS e no seu respetivo desempenho?
2. De que forma é que a AKF promove a dimensão da Prosperidade através dos ODS?
3. Quais as mudanças transformacionais na sociedade decorrentes das parcerias entre a AKF, o Estado e outras organizações, nomeadamente nos contextos económicos, sociais e ambientais?
4. De que forma é que a independência em relação ao Estado, às forças de mercado e a interesses externos poderá ser importante na implementação da Agenda 2030?
5. De que forma é que a AKF pode ser considerada como elemento-chave no estabelecimento de metas de desenvolvimento específicas para as comunidades locais, com o objetivo de alcançarem um desenvolvimento comunitário sustentável, e contribuindo para os targets dos ODS?

O Papel das Fundações na Concretização dos ODS. O Estudo de Caso Pedagógico da AKF

6. De que forma é que a AKF auxilia as sociedades no fortalecimento das suas capacidades e nas microfinanças, tornando-as autossuficientes, resilientes e independentes?

Obrigada pela colaboração

Conceito	Pergunta AKF	Referência Bibliográfica
Economia Social e as Fundações	1. Qual o papel que a Fundação Aga Khan Portugal (AKF) pode ter na implementação dos ODS e no seu respetivo desempenho?	UNTFSSSE (2016); Utting, (2015, 2018); UNRISD (2018); Simon e Dodds (1998); Korten (1987); Gilder (1993), Edwards and Hulme (1995), Stromquist (2002), Streeten (1997), Nikkhah & Redzuan (2010), Young & Dhanda (2012), Bridger & Luloff (1999)
Prosperidade e os ODS	2. De que forma é que a AKF promove a dimensão da Prosperidade através dos ODS?	(Kuhlman & Farrington, 2010), Ferrer (2012), Garcia e Garcia (2014), Webb et al. (2014), Freitas (2012), Webb et al. (2014), Barry (2018), Freitas (2012), Nascimento (2012), Campos et al. (2013)
Parcerias, Dimensões da Sustentabilidade, <i>Tripple Bottom Line</i> , ODS	3. Quais as mudanças transformacionais na sociedade decorrentes das parcerias entre a AKF, o Estado e outras organizações, nomeadamente nos contextos económicos, sociais e ambientais?	Baghaei et al. (2013), ILO (2002), Sá (2011), Coraggio (2015), UNTFSSSE (2016); Moreira (2018); Utting (2018), UNRISD (2018), Holmberg e Sandbrook (1992), Elkington (1994, 1998); UN (1997); ONU, Assembleia Geral, (2015); Freitas (2012); Sneddon (2000)
Independência das organizações/fundações em relação ao Estado	4. De que forma é que a independência em relação ao Estado, às forças de mercado e a interesses externos poderá ser importante na implementação da Agenda 2030?	Fowler (1988); Meyer, (1992); Edwards e Hulme (1992, 1995); Healey et al. (1992), Wils et al. (1992); Marguerite et. al (2020)
Funções das ONG, Desenvolvimento Comunitário Sustentável	5. De que forma é que a AKF pode ser considerada como elemento-chave no estabelecimento de metas de desenvolvimento específicas para as comunidades locais, com o objetivo de alcançarem um desenvolvimento comunitário sustentável, e contribuindo para os targets dos ODS?	Hibbard & Tang (2004), Canzanelli (2001), Rodriguez-Pose e Tijmstra (2005), Greffe (2007), Nikkhah & Redzuan (2010), INAISE (2017), UNRISD (2018), (Oosterlynck et al., 2015; Evers, Ewert e Brandsen 2014)
Desenvolvimento Comunitário Sustentável, Comunidades Locais	6. De que forma é que a AKF auxilia as sociedades no fortalecimento das suas capacidades e nas microfinanças, tornando-as autossuficientes, resilientes e independentes?	Rappaport (1987), Zimmerman e Rappaport, (1988), PNUD (1997), Mayoux (2000), Shreiner (2001), Langran (2002), Hibbard & Tang. (2004), Frankish (2003), Nikkhah & Redzuan (2010); (Korten 1990; Clark 1999; Friedmann 1992; Fowler 1993; Edwards e Hulme 1995; Salamon 1994)

ANEXO H – Slides de resolução do caso

QUESTÃO 1: DE ACORDO COM A FIGURA 2.4, EXPLIQUE QUAIS SÃO OS ODS DOMINANTES NA ESTRUTURA DA AKF, NOMEADAMENTE NAS SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, TENDO EM CONSIDERAÇÃO O TRIPPLE BOTTOM LINE DE ELKINGTON (1994)?

O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN.



QUESTÃO 1

As 5 áreas de atuação da Fundação Aga Khan Portugal e os ODS:

- ❖ **Inclusão económica** (ODS 1, 5, 8, e 17);
- ❖ **Desenvolvimento da infância** (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 17);
- ❖ **Educação** (ODS 4, 8, 10 e 17);
- ❖ **Sociedade civil** (ODS 5, 10, 11, 16 e 17);
- ❖ **Seniores** (ODS 3, 10 e 17).

Intervenção da AKF: dar resposta a desafios globais e europeus, também presentes em Portugal, que requerem uma ação colaborativa e compromissos de longo prazo, articulando-se com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Objetivo: contribuir no desenvolvimento de sociedades plurais mais fortes e coesas, através de processos participativos e da adequação dos serviços e das respostas públicas às especificidades de uma população crescentemente diversa.

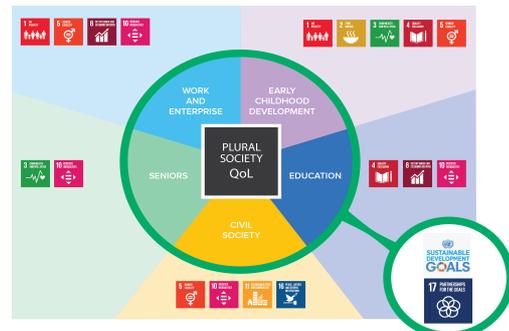


Figura 2.4 - Áreas de atuação da AKF e os ODS. Fonte: Fundação Aga Khan Portugal (Relatório de Contas 2018 e 2019)

QUESTÃO 1

Dois principais programas e cinco áreas temáticas:

- Programa de Desenvolvimento e Educação da Infância (ECD);
- Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (K'CIDADE)

Abordam os desafios do desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida da pessoa, desde a gravidez e da primeira infância, até à participação dos seniores na comunidade e dos seus cuidadores

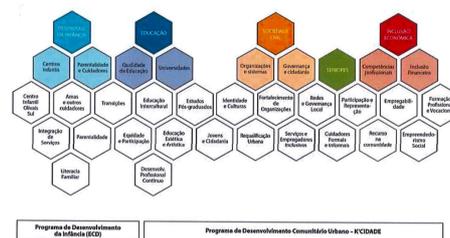


Figura 2.3 - Áreas de Atuação da AKF e os seus Programas. Fonte: Fundação Aga Khan Portugal (Relatório de Contas 2018)

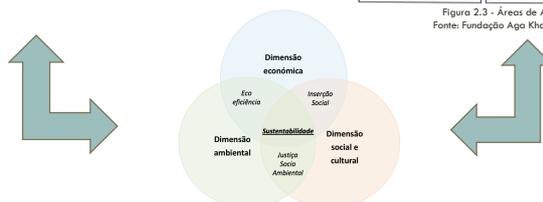
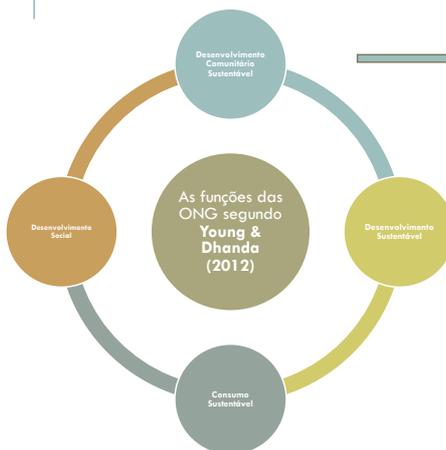


Figura 4.3.2 - Dimensões da Sustentabilidade (Tripple Bottom Line). Fonte: (Elkington, 1994) (Adaptado – Elaboração própria)

QUESTÃO 2: DE ACORDO YOUNG & DHANDA (2012) AS ONG DETÊM QUATRO PRINCIPAIS FUNÇÕES. IDENTIFIQUE-AS E CLARIFIQUE QUAIS DAS 5 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL SE RELACIONAM COM OS OBJETIVOS DA AKF RELATIVAMENTE AOS ODS E COM A SUA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO?

O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN.

QUESTÃO 2



Young & Dhanda (2012) definem as 5 dimensões do desenvolvimento comunitário sustentável:

1. O aumento da diversidade económica local;
2. Autosuficiência: desenvolvendo mercados locais, produção local, transformação local e maior cooperação entre as entidades económicas locais;
3. Redução do uso da energia combinado com a reciclagem e gestão de resíduos;
4. Proteção e valorização da diversidade biológica e uma gestão de recursos naturais;
5. Compromisso por parte das comunidades sustentáveis para com a justiça social (Bridger & Luloff, 1999).

QUESTÃO 2

Abordagem de desenvolvimento por parte da AKF:

- ❖ Implementação de projetos e medidas a nível comunitário;
- ❖ Organizações locais identificam, priorizam e implementam os projetos com a assistência da AKF;
- ❖ Essas atividades são geridas de modo eficiente com o objetivo de testar novas soluções, de aprender com a experiência, de forma a que essas organizações se tornem agentes de mudança duradouras.



Principais objetivos da AKF:

- ❖ Desenvolvimento sustentável das comunidades mais desfavorecidas;
- ❖ Melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, através da criação de esforços paralelos com a finalidade de alcançar um propósito comum através:
 - Da inclusão social, cultural e económica;
 - Desenvolvendo sociedades mais fortes e coesas;
 - Aumentando os processos de participação local;
 - Desenvolvimento de projetos de inovação comunitária;
 - Promovendo a igualdade de acesso;
 - Empoderamento de indivíduos, comunidades e organizações.

Objetivo: Desenvolvimento das comunidades e das suas próprias capacidades.



QUESTÃO 3: À LUZ DA ESTRUTURA TEÓRICA DAS FUNÇÕES DAS ONG, DE NIKKHAH AND REDZUAN (2010), EXPLIQUE COMO É QUE A AKF CONTRIBUI PARA A PROMOÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL, MANTENDO UMA INDEPENDÊNCIA RELATIVAMENTE AO ESTADO E A ORGANIZAÇÕES EXTERNAS?

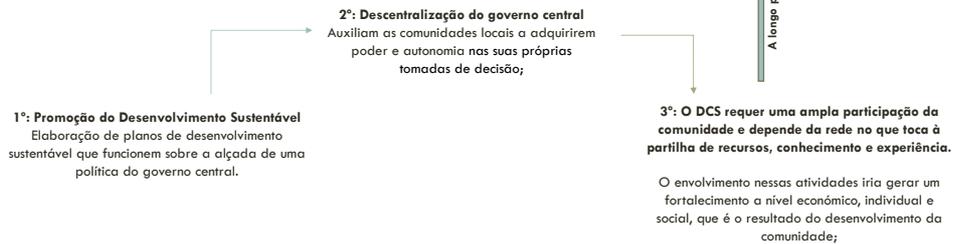
O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN.



QUESTÃO 3



Figura 4.3.5 - Estrutura teórica das funções das ONG na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável
Fonte: Nikkha and Redzuan (2010) (Adaptado – Elaboração própria)



QUESTÃO 3

A longo prazo, a AKF pretende:

- ❖ Promoção de dinâmicas comunitárias auto-suficientes;
- ❖ Redução da dependência dos territórios à ajuda externa;
- ❖ **Objetivo último:** apoio dos beneficiários no crescimento das suas capacidades, na criação de relações de confiança e partilha de competências, que permitam a participação ativa por parte da população no processo de conceção, implementação e contínua realização de atividades que reforcem a comunidade civil, respeitem a cultura local e tornem possível o desenvolvimento dos territórios de forma sustentável.

AKF como instituição:

- ❖ Independente;
- ❖ Neutralidade;
- ❖ Transparência.



O que permite:

- ❖ Suprir fragilidades e insuficiências de determinado território/comunidade;
- ❖ Criando resiliência, atuando no território, nas comunidades;

QUESTÃO 4: TENDO EM CONSIDERAÇÃO OS ODS E A DIMENSÃO DE PROSPERIDADE DEFINIDA PELA ONU, EXPLIQUE QUAL A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS PARA A AKF NA MUDANÇA TRANSFORMACIONAL DA SOCIEDADE COM A FINALIDADE DE SE ATINGIR UMA PROSPERIDADE DURADOURA?

O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA FUNDAÇÃO AGA KHAN.



QUESTÃO 4

A AKF tenta olhar para as mudanças transformacionais a três níveis:

- ❖ **Nível micro (1 a 5 anos):** corresponde à fase da implementação, conceção, aprendizagem e medição do programa/projeto e medir se determinada sociedade ou indivíduo melhorou as suas condições de vida;
- ❖ **Nível meso (3/5 a 7/8 anos):** medição das mudanças e boas práticas apreendidas durante o período do micro, ajudando a influenciar políticas (nacionais e municipais), a modelizar programas e, no qual, essa modelização permite que outros parceiros a consigam implementar os projetos em várias outras regiões;
- ❖ **Nível macro (10 a 20 anos):** mudança sistémica, sendo que a AKF ainda está a caminhar para essas mudanças transformacionais macro.



Figura: Áreas Temáticas AKF
Fonte: Site oficial da Fundação Aga Khan (Brochura AKF)

QUESTÃO 4

Prosperidade:

Os ODS contribuem para aquilo que é a visão da AKF contribuindo para uma Prosperidade duradoura;

A Prosperidade em várias dimensões, é fundamental para a AKF e para a AKDN, para que a pessoas possam ter uma vida digna, tendo a capacidade de não se tornarem reféns da sociedade, desenvolvendo uma capacidade de adaptação e de segurança perante as mudanças futuras;

Parcerias:

A AKF é considerado um elemento aglutinador;

Em todos os projetos, trabalham sempre em parcerias com outras instituições com o objetivo de desenvolver modelos inovadores e replicáveis de combate à exclusão social, económica e cultural através de processos de capacitação e de fortalecimento da ação coletiva de grupos e de organizações;

- ❖ UN Global Compact Network Portugal
- ❖ Aliança ODS Portugal



Figura 4.3.4 - A relação entre os SP's e os ODS
Fonte: Site oficial UNRIC*

*<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>